

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SARAIVA, Maria Luiza de Luna Borges; FILHO, Nilson Bruno. Maria Luiza de Luna Borges Saraiva e Nilson Bruno Filho (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h46min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e FGV PROJETOS. Apoio: FGV/ CPDOC. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Luiza de Luna Borges Saraiva e Nilson Bruno
Filho
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2014

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Guilherme Mello; Talita de Siqueira Marçal;

Levantamento de dados: Guilherme Mello; Manuela Rodrigues Fantinato; Talita de Siqueira Marçal;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Guilherme Mello; Manuela Rodrigues Fantinato; Talita de Siqueira Marçal;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 2/6/2014 a 2/6/2014

Duração: 2h 46min

Arquivo digital - áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória e história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro”, desenvolvido pela FGV Projetos em parceria com o CPDOC e viabilizado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2014. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a publicação de um livro.

Temas: Defensoria Pública Estadual; Discriminação religiosa; Discriminação sexual; Documentação; Finanças públicas; Funcionalismo público; Gênero; História; Inclusão digital; Legislação; Maria Luiza de Luna Borges Saraiva; Memória Institucional; Nilson Bruno Filho; Poder judiciário; Religião; Rio de Janeiro (estado);

Sumário

Importância da documentação histórica e da memória da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; memória e homenagem aos defensores públicos aposentados, que foram pioneiros e desbravadores na construção da Assistência Judiciária no estado, bem como divulgação dos trabalhos realizados pela instituição no país e no exterior; expansão dos núcleos temáticos da Defensoria Pública: melhoria e aprimoramento das instalações físicas e de trabalho para os defensores e a população assistida; questão orçamentária e avanços na gestão institucional da Defensoria Pública estadual; perspectivas de modernização da Defensoria: mediação, conciliação, acesso e inclusão digital, direitos difusos e coletivos, lei de ação civil pública, combate às formas de discriminação de gênero, sexo e religião; dificuldades e desafios da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Legados institucionais; defensoria Pública como vocação e sacerdócio.

Entrevista: 2 de junho de 2014

G.M. – ...e, ao mesmo tempo, falar que está sendo um desafio para a gente, bem como uma oportunidade muito interessante de conhecer o trabalho que a Defensoria Pública tem desenvolvido, como é que foi o surgimento, essa história tão marcante de lutas que a gente pôde perceber durante o nosso trabalho de pesquisa, e vamos lá, agradecer e começar o projeto.

T.M. – É um projeto bastante satisfatório de a gente estar envolvido nele, porque é muito bonita, a história da Defensoria Pública, e emocionante, também.

N.B. – Que bom! Eu é que agradeço a disponibilidade de vocês. É uma honra muito grande, trabalhar com uma empresa do porte de vocês, que é uma empresa com uma credibilidade extraordinária. Nós estamos fazendo, também, várias... Nós temos várias parcerias com a Fundação Getúlio Vargas: estamos realizando... terminamos um concurso agora, para servidor, que foi um sucesso absoluto. Então, nos dá uma tranquilidade para continuarmos nessa linha, e tenho certeza que será um grande sucesso, contar a história da Defensoria Pública. Em um breve relato, nós, quando assumimos a administração da Defensoria, em janeiro de 2011, a gente percebeu que a gente não tinha memória, a gente não tinha qualquer registro armazenado sobre o que aconteceu desde a sua criação, ou seja, desde 1954. Vamos completar agora, dia 21 [de julho], 60 anos, e não havia nada escrito. Então, não poderíamos passar em branco, nessa administração, sem registrar, sem fazer esse registro desses 60 anos de grandes vitórias. Muita luta, muita dificuldade, mas eu acho que a gente conseguiu colocar, hoje, a Defensoria Pública num patamar equivalente às grandes instituições jurídicas, como magistratura e Ministério Público. A gente acabou de votar, na semana retrasada, no Congresso Nacional, uma PEC que coloca a Defensoria Pública, definitivamente, no mesmo nível que as outras instituições. A promulgação deve acontecer depois de amanhã. Então, para nós, do jeito que a gente entrou e pegou a Defensoria, completamente... com boa vontade, mas desorganizada, como uma empresa familiar ou... não querendo diminuir os anteriores gestores, mas uma empresa de fundo de quintal, e entregar, no final do ano agora,

uma instituição completamente organizada, para que os nossos sucessores possam tocar de forma mais tranquila, no mesmo nível que a Fundação Getulio Vargas e outras grandes empresas. Então, para nós, é uma honra muito grande e um orgulho muito grande poder contar essa história com outros colegas que já devem ter vindo aqui, e outros virão. Então é muito satisfatório para nós.

T.M. – Com certeza. Só para explicar também um pouquinho desse projeto que vocês já conhecem bem, a nossa intenção, com a entrevista, e o roteiro que a gente preparou foi pensando nisso, é mapear a história da Defensoria Pública, mas pensando, principalmente, o agora, esse momento, essa gestão também através da sua trajetória pessoal, da trajetória pessoal de vocês. Tendo dito isso, a pergunta inicial que eu acho que não pode faltar, queria que o senhor contasse um pouquinho para a gente, doutor Nilson, de onde o senhor veio, o que seus pais faziam, como é que o senhor se tornou defensor público...

N.B. – A gente tem até o final da tarde, não é isso? [risos]

T.M. – Temos até amanhã.

M.L. – Não dá conversa. [risos]

G.M. – Eu sou mineiro.

N.B. – Eu não tenho problema de falar; eu tenho é preguiça de parar de falar. Esse que é o problema.

T.M. – Excelente.

N.B. – Eu sou de Vista Alegre e Parada de Lucas, de uma família extremamente humilde – meu pai é apontador, e minha mãe, costureira e agente do INSS, trabalhou durante muitos anos, até dois anos, em Duque de Caxias –, e estudei o tempo todo em colégio... pelos menos, no ensino fundamental e médio... Antigamente era ginásio e primário... primário e segundo grau. [Fiz o ensino fundamental e médio] em colégios públicos, e na universidade, fiz a

Universidade Gama Filho. Muita dificuldade. Moramos, eu, dois irmãos, meu pai e minha mãe, em um apartamento de um quarto, em um conjunto habitacional em Parada de Lucas, exatamente em Parada de Lucas, em que não havia qualquer perspectiva de ter... de um filho desse conjunto habitacional cursar a universidade, ter curso superior. Quando se chegava ao ensino médio já era uma vitória muito grande. E eu me recordo, em uma dessas passagens, indo para a faculdade, já no quinto período, em que colocava um terno pela primeira vez, em que colegas brincavam, encarnavam: “Já vai o pastor! Já vai o pastor!”. Porque não era comum um adolescente, ou recém-saído da adolescência, com 20 ou 21 anos sair de terno para estudar. Essa não era a nossa realidade. Então, como falei, de três filhos que minha mãe deixou, eu fui o primeiro, na história da família, a cursar e terminar uma universidade. Fui o primeiro, também, a passar em um concurso de nível superior, para defensor público. E, por conseguinte... E cheguei ao cargo máximo da instituição, com o status de secretário de Estado. Minha mãe demorou, por exemplo, uns dois anos e meio para cair a ficha e entender que eu conversava com frequência com o governador do estado e com o prefeito da capital. Então tudo isso, para ela, era muito novo, e para meus irmãos também. E para mim, também, não era uma... não foi uma constante. Então, nós tivemos uma grande dificuldade. Trabalhei na Bloch Editores... entrei na Bloch Editores... Aliás, primeiro fui fuzileiro. Entrei com 19 anos e fiquei dois anos e nove meses. Entrei em abril de 2004, exatamente no dia 18 de abril de 2004, e saí no dia 31 de dezembro de... De 2004 não; de 1984. E saí em 31 de janeiro de 1987. Também numa dificuldade muito grande, porque eu peguei a transição: o final da ditadura militar, com o início da abertura política. Nesse tempo, o soldado e o cabo não podiam votar. Eles não votavam. Só a partir do sargento. Então eu só experimentei o que foi a primeira votação em 1989, para presidente da República. Então, a primeira vez que eu votei. Depois fui vender móveis... cobrar... Trabalhei numa empresa como cobrador de móveis, do Rio Grande do Sul. Então, eles faziam o transporte de móveis do sul para o Rio de Janeiro e eu ia depois às lojas efetuar as cobranças, lojas antigas que nem existem mais: Trapiche, Robertão Móveis e por aí fora. Tive a oportunidade de conhecer todo o estado do Rio de Janeiro, de Campos à Baixada Fluminense, aqui, o subúrbio do Rio, Zona Sul, principalmente o Catete, que tinha uma concentração muito grande de lojas de móveis, Vila Isabel, também, Madureira, Bento Ribeiro. E, a partir dali, fui convidado para ser representante na venda de móveis. Então passei de cobrador para representante. E fiquei um curto período de tempo, também, porque logo em seguida surgiu uma oportunidade para que eu fosse estagiário da

Bloch Editores. Só que era um estágio diferenciado, em que eu estagiava no Departamento Pessoal. Era como se eu fosse um empregado não registrado. E, a partir dali, tomei gosto pela justiça do trabalho, porque a gente via muita coisa envolvendo justiça do trabalho, a parte disciplinar dos servidores, e optei por fazer curso – fui cursar o Cepad, que era um curso preparatório de atualização. E, a partir de 1995, intensifiquei mais os estudos, porque passei a ter contato com colegas que estavam fazendo curso também, só que para concurso, e acabei sendo mordido por esse segmento, em que a gente poderia ajudar as pessoas, seja na magistratura, no Ministério Público e na Defensoria Pública, e auferir uma renda também **menor**. Porque, como vinha de uma família extremamente humilde, essa também não era uma realidade, mas demandava um esforço sobre-humano, porque eu tinha que trabalhar durante o dia e estudar na madrugada, quando chegava em casa. Então, casado – eu casei em 1992 –, com filho, que nasceu em 1994... Então, em 1995 e 1996 foi a época em que mais demandava a minha presença, para ajudar não só a esposa, mas também dar atenção aos filhos... ao filho. Então, eu passava a estudar a partir de onze e meia, meia-noite e ia até duas ou três horas da manhã, para acordar às seis para ir para o curso de manhã, chegar no trabalho meio-dia e ir até dez horas, onze horas, para compensar esse período que ficava fora do trabalho. Meu horário era um horário diferenciado. Eu consegui isso, também, a partir de muito diálogo, de muito ajuste lá na empresa e com um certo carisma, a gente não pode negar isso, para que pudesse convencê-los para que pudesse vir. E, entrando na Defensoria Pública, eu consegui fazer amizade, eu acredito que com mais de 70% dos colegas, porque eu não conhecia ninguém. Ia a todas as festas nas associações, estava sempre presente no dia a dia da instituição, mas sem me envolver em política institucional. Nunca gostei de política institucional. Até que, em 2002, eu estava de férias, no gozo de férias, em outubro de 2002, em Salvador, e recebi um telefonema de um colega me convidando para ser coordenador regional. Porque, até então... eu assumi a Defensoria Pública, tomei posse em 10 de dezembro de 1998, em janeiro fui para Duque de Caxias, e em fevereiro fui designado para Piraí, encontrando lá o então prefeito, que hoje é vice-governador do estado, Luiz Fernando Pezão, e trabalhamos até março de 2001 juntos e, lá, construímos uma grande amizade, em razão até dos embates que tivemos em Piraí. Mas todos saudáveis. Conseguimos muita coisa para a Defensoria de Piraí, em razão da sensibilidade do prefeito, que sempre foi extremamente simples conosco e sempre compreendeu o papel da Defensoria Pública. E começamos a desenvolver esse trabalho na Coordenação. Então houve uma integração muito grande com

todos os colegas que por lá passavam, porque havia pouco a figura da titularização, do defensor titular, então havia ali uma rotatividade de 36 a 34 colegas por mês. Então eu tive a oportunidade de conhecer muitos colegas, mais de 300, com certeza absoluta, durante esse período de dois... de cinco anos, na realidade, ou seis. Porque eu fui para Piraí dois anos e nove meses e fiquei cinco anos em Barra do Piraí, quando assumi a minha primeira titularidade, em julho de 2001. Então, no total, oito anos que eu fiquei na região. Então, fiquei bem conhecido na região de Barra do Piraí e Piraí. Havia uma confraternização pelo menos uma vez a cada mês ou cada dois meses, em que os defensores da região se reuniam, ora em Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Valença. E, a partir daí, nós... Logo depois da eleição para defensor geral, já em 2006, nós entendemos que deveríamos participar um pouco mais da política institucional da Defensoria Pública. A gente entendeu que poderia fazer mais, com mais qualidade. Faltava... Acho que era um reclamo geral da categoria, que clamava pela profissionalização da instituição. Então não havia, até então, critérios objetivos; uma apresentação clara do que a Defensoria Pública representava; a gente não via a Defensoria Pública nos jornais, nas TVs. Então havia um sentimento de que a Defensoria Pública tinha quase que se humilhar para aparecer nos noticiários. E, em 2009, nós reunimos uma equipe e resolvemos concorrer para a Associação dos Defensores Públicos, [na chapa] encabeçada pelo ex-defensor geral Marcelo Bustamante. Não sei se já estive aqui.

T.M. – O conhecemos.

N.B. – Ele foi o presidente da Associação, e eu, na mesma chapa, fui o assessor de Assuntos Legislativos. Então ia muito para Brasília, e aí o horizonte foi se expandindo. Até que concorri, também, para o Conselho Superior da Defensoria Pública. Porque, com a edição da Lei 132, de 2009 – foi promulgada em setembro de 2009 –, abriu uma possibilidade para qualquer defensor público também integrar o Conselho Superior. Até então, só defensores de classe especial, só os da última classe da carreira integravam [o Conselho Superior]. Então eu fiz parte da primeira composição do Conselho Superior, nessa nova roupagem. Fui o segundo mais votado. E fiquei muito feliz, porque o primeiro integrava a administração, então, conhecia todos os colegas, e eu não tinha, ainda, o conhecimento de todos – eu conhecia 70% da categoria. E com o trabalho feito na assessoria parlamentar da Associação e também no Conselho Superior, decidimos, eu e mais um grupo de colegas, principalmente meu braço

direito, doutora Maria Luiza, nós entendemos que havia um... havia chegado o momento para a gente concorrer à Defensoria Pública Geral, para implementar um novo modelo de gestão, um modelo, na nossa avaliação, renovador. E a gente conseguiu chegar à chefia institucional. Eu fui o primeiro colocado, numa lista de quatro. Na realidade, em quatro candidatos, na lista tríplice, eu fui o primeiro. O que foi primeiro colocado no Conselho Superior ficou em último, na lista. E tudo por conta da nossa... na minha avaliação pelo menos, pela percepção da seriedade com que a gente vinha trabalhando, tanto na Associação quanto no Conselho Superior. Chegamos na Defensoria Pública em janeiro de 2011. Levei 45 dias para ser indicado pelo governador, que até então não me conhecia. Quem me conhecia era o vice-governador. Mas houve uma... Acho que não deve fazer parte dos registros, mas é importante que vocês saibam: houve uma fofoca, uma divulgação leviana de que eu seria ligado ao ex-governador Garotinho, que então era adversário... que foi adversário político do governador Sérgio Cabral. Então, isso me deu uma certa inquietação. E só depois de 45 dias... A eleição, se minha memória não me trair, foi no dia 9 de novembro, e só no dia 21 de dezembro que eu fui nomeado pelo governador. E, a partir daí, começamos um trabalho muito duro, muito difícil, porque a ideia era tratar todos os colegas de forma igualitária, de forma isonômica, e havia uma resistência muito grande, o que era natural, porque alguns colegas detinham privilégios: na hora da movimentação, colegas novos estavam na capital e colegas antigos estavam no interior, mas um interior... em Itaperuna, Campos, Volta Redonda, Resende, e nós começamos a movimentar a carreira. Nós fizemos, para que vocês tenham uma ideia, em três anos e meio, mais de 36 concursos de remoção, ou seja, a possibilidade do colega mudar a sua titularidade. E as contas que chegamos hoje é que movimentamos mais de 621 órgãos, beneficiando diretamente mais de 525 colegas. Acreditamos que seja um marco na categoria. Para bater essa marca, eu acho que a gente vai demorar mais de 20 anos, para que algum defensor geral, alguma equipe consiga chegar a essa marca. E por quê? Porque havia 80 órgãos, mais ou menos, nos Núcleos Especializados... Porque nós pegamos 13 Núcleos Especializados: Núcleo do Consumidor, Núcleo da Fazenda Pública, Núcleo de...

G.M. – De Defesa da Mulher...

N.B. – ...de Defesa da Mulher, Núcleo do Sistema Penitenciário, Núcleo do Idoso...

M.L. – Infância...

N.B. – ...Infância e Juventude...

M.L. – Diversidade Sexual...

N.B. – Nós criamos o da Diversidade Sexual, criamos o Núcleo de Meio Ambiente...

M.L. – O Nuspen [Núcleo do Sistema Penitenciário].

N.B. – Nós criamos também, agora, o Núcleo contra o Racismo. Hoje são 15 núcleos, e em nenhum desses... Com exceção, na realidade, de uma vaga para um órgão no Núcleo de Fazenda Pública, porque havia lotação, doutora Fernanda Garcia, e dois órgãos no Núcleo de Terras e Habitação, doutora Betina Boechat e doutora Cláudia Nogueira. Então, em mais de 80 órgãos, três lotações. Nós quebramos essa barreira. E como mudou, com a Lei 132, a atribuição para fixar as atribuições dos defensores nos órgãos – passou a ser do Conselho Superior –, eu, em 15 de março de 2011, ou seja, dois meses e meio depois de ter assumido, eu coloquei no Conselho Superior, distribuí cada minuta de cada órgão para cada conselheiro, para que a gente pudesse votar as atribuições, para que não pegássemos ou não mudássemos as regras depois da titularização, e coloquei para cada... Sorteamos cada relator. E só começamos a votar, infelizmente, em agosto, quando eu pedi gentilmente à doutora Maria Luiza, uma das relatoras, que colocasse o Núcleo da Infância e Juventude para votação. E por que isso? Porque alguns conselheiros – e não se sabe por quais razões – não colocavam de jeito nenhum as minutas de resolução para votação. A gente pensou que os classistas, que não integravam diretamente a administração, fossem os primeiros a votar, porque era um pedido, uma solicitação de mais de 12 anos, uma luta de mais de 12 anos da categoria. Só que o ano seguinte seria um ano de eleição, 2012, então eu entendi rapidamente que a questão era política: se ele não votar, ele quebra a palavra dele e a gente depois vai cobrar dele. Então, depois que a doutora Maria Luiza colocou, pediu o dia para votar, a gente votou, e lotou imediatamente, começou o processo de votação e vieram as minutas para votação: doutor Luiz Inácio votou o Núcleo de Direitos Humanos... Votamos praticamente todos. O que mais demorou foi o Núcleo de Terras, porque o conselheiro não era favorável à votação, e eu disse

que era um caminho sem volta, lotaria inclusive sem a resolução, mas abrimos... chamamos pelo menos quatro reuniões, em dezembro de 2011, para concluir todas as atribuições, e concluímos. E fizemos, só em 2011 para 2012, mais de 300... [Mais de] 300 órgãos foram removidos. E percebemos também um déficit mensal nas nossas contas de aproximadamente 500 mil reais. Ou seja, a gente já pegou uma administração com recursos comprometidos. Por quê? Porque não havia o planejamento dos gastos. Na nossa avaliação, se gastava sem um estudo de impacto financeiro. Então, em janeiro, também, começamos... iniciamos a contratação de uma empresa e, a partir do processo licitatório que foi feito, venceu a empresa 3GEN, que nos ajudou nesse processo de profissionalização da Defensoria Pública. Pois bem, nós reunimos, no dia 19 de maio de 2011, aproximadamente 600 defensores no salão do Copacabana Palace, em várias mesas, para que pudéssemos fazer uma grande reunião de trabalho para colher, de todos esses 600 defensores, informações acerca do que se esperava da Defensoria Pública para daqui a 20, 40 e 60 anos. E isso foi feito, colhemos todas as informações. Foi uma reunião de trabalho que durou aproximadamente sete horas.

M.L. – Foi.

N.B. – Começamos meio-dia e meia ou uma hora e terminou sete ou oito horas da noite, com uma satisfação muito grande dos colegas, elogio de ponta a ponta, inclusive de quem não era simpatizante da nossa categoria. Porque eu ganhei a primeira eleição com 369 votos, e compareceram mais de 600 colegas. Então significa dizer que os colegas entenderam e atenderam ao chamado da chefia institucional, que é um chamado sério. E, a partir do dia 19 de maio de 2011, nós passamos a comemorar o Dia do Defensor de uma forma diferente. Então, todo dia 19 de maio, em 2011, 2012, 2013 e, agora, em 2014, nós passamos a aprimorar... aprimorar não, a estabelecer uma nova forma de comemorar o Dia do Defensor, com reunião de trabalho, palestras de qualidade e, no final, um coquetel, para uma confraternização, porque a gente fica anos às vezes sem ver os colegas, sem encontrar os colegas. A gente nem sabe se ainda é colega, porque as meninas, quando entram em licença-maternidade, por exemplo, ficam, às vezes, de seis meses a um ano afastadas, porque tem férias, licença-prêmio, então, aproveitam todo esse período para se dedicar a seus filhos, e homens, às vezes, com licença, também, algum problema, então, ficam no interior, em Itaperuna, Campos. E a partir dessa implementação desse programa de gestão estratégica que

foi feito pela nossa administração, nós começamos a criar rotinas administrativas. Então, apesar de toda a economia que foi feita em 2011, a sensação que dava é que havia uma torneira pingando. Faltava uma carrapeta ser consertada ou trocada para fechar. E por quê? Porque se recolhia algo em torno de 360 mil a 420 mil por mês e se gastava mais de... quase um milhão de reais por mês.

M.L. – Três milhões e seiscentos reais.

N.B. – Três milhões e seiscentos. Três milhões e seiscentos, e com um déficit de 500 mil. Então a gente chegava a uma conta de 500 mil reais, todo mês, de dívida. Três milhões não, quatro milhões e duzentos.

M.L. – Quatro milhões e duzentos.

N.B. – De dívida por mês. Com uma reserva orçamentária de 15 milhões. O cálculo foi rápido. Aí é uma operação matemática simples: se eu tenho 15 milhões e eu tenho um déficit mensal de 500 mil, em 30 meses eu vou zerar esse déficit. E em outubro ou novembro nos reunimos e chegamos à conclusão que precisaríamos de ajuda técnica específica, então, fomos ao Tribunal de Contas do município, pedir ao presidente daquela casa, ao presidente Thiers Montebello, conselheiro, grande amigo da Defensoria Pública, levamos o problema para ele, disse que não havia tempo hábil para eu treinar um técnico, um profissional do setor financeiro e pedimos a ele ajuda para que ele cedesse para nós um profissional dele. Poderíamos ter ido ao Tribunal de Contas do estado, mas o Tribunal de Contas do estado é o que fiscaliza as nossas contas. Para não parecer uma apelação ou que queríamos algum tipo de ajuda direta nessa linha, fizemos a opção por um outro Tribunal de Contas. Não por desconfiar do Tribunal de Contas do estado, mas, muito pelo contrário, até para preservá-lo, porque tendo um membro do Tribunal de Contas trabalhando para nós, poderia, na hora do julgamento das nossas contas, causar qualquer embaraço.

G.M. – **Criar** um conflito.

N.B. – Agora, no Tribunal de Contas do município, não aconteceria, na nossa visão. E realmente não aconteceu. E ele me encaminhou ao diretor financeiro dele, que fez uma entrevista conosco. Ao invés de entrevistá-lo, ele que nos entrevistou. Nós traçamos o panorama existente na Defensoria Pública, do déficit, das mazelas e alguns vícios que a gente havia encontrado, a exemplo de concessão do auxílio-alimentação só para os defensores, vejam, só para os defensores que trabalhavam na administração. E meu primeiro ato foi: “Corta. Porque, se eu não posso conceder para todos, eu não concedo para ninguém”. Compra de material: o defensor perde determinado material, ele volta no dia seguinte e diz “perdi”, e lhe era concedido. “Perdi o laptop.” “Mas você tem que devolver.” “Ah, mas eu dei para... Aconteceu isso, aquilo e aquilo outro.” E ele recebia outro. Hoje, não existe mais essa possibilidade. Se perdeu, compra do seu bolso. Token, que é a nossa assinatura digital: “Ah, eu perdi”. “Então você vai ter que comprar outro.” Porque, hoje, quando a gente faz o cálculo, quando a gente faz a estimativa para a compra, a gente compra um aparelho para cada um.

M.L. – Deixa só eu fazer um comentário aí, por uma questão histórica?

N.B. – Claro!

M.L. – Nós somos do mesmo concurso, e o nosso concurso é um concurso... é o décimo sexto, é um concurso muito grande. Acho que nós temos, ainda, 70%...

N.B. – Foram 134 e nós temos 80 defensores.

G.M. – De 1998, não é?

M.L. – De 1998. Na verdade, nós tomamos posse, a nossa parte...

G.M. – Dia 11 de dezembro?

M.L. – Isso.

N.B. – [Dia] 10 de dezembro.

M.L. – [Dia] 10 de dezembro. Mas teve um pessoal que tomou [posse] antes. Mas eu acho que isso foi um divisor. Entrou uma galera grande, um pessoal grande novo, e que entrou já com uma efetiva possibilidade de crescimento institucional. E o Nilson entrou nisso. Talvez, se fosse um concurso pequenininho, que a Defensoria estivesse na crista da onda, ou que a gente estivesse numa situação muito ruim, em que não haveria possibilidade de ficar, talvez tivesse saído etc. E a gente brinca que durante... nem se falava em ele ser defensor geral, nada disso, lá pelos idos de 2000 ou 2000 e pouco, a gente encontrava com ele e falava assim: “Poxa, Nilson, você vai ser defensor geral, não é? Ah, você vai ser defensor geral”. E eu acho que isso, historicamente... Foram vários fatores que levaram ao que a gente tem hoje: foi um concurso grande, de pessoas muito envolvidas, de pessoas que ficaram na instituição. A gente vinha de um processo de evasão institucional muito grande, e isso teve uma parada, naquele momento, então a gente conseguiu formar um grupo de um pessoal novo, com uma nova mentalidade. Foram pessoas que se formaram a partir da Constituição de 1988, que vieram trabalhando toda a questão da cidadania. Então, eu acho que foram vários fatores, junto com essa questão de um carisma e de um conhecimento maior das pessoas que o Nilson teve, que possibilitou que a gente chegasse aonde a gente chegou. Acho que isso foi... Nosso concurso foi um momento... como outros concursos foram, em outros momentos. Mas o nosso concurso foi um momento muito específico da instituição, em que você conseguiu ter uma massa de defensores, ter pessoas novas, com perspectivas de melhoria. E isso vem... Essa busca por essa melhoria institucional continuou ao longo desse tempo, desde que a gente entrou.

N.B. – E, dentro dessa linha, sem perder de vista o que foi feito pelos nossos colegas mais antigos. Porque, como eu falei, a Defensoria surge... a certidão de nascimento surge com a Lei 2.881, se não me falha a memória, de 1954. [Lei nº 2.188, de 21 de julho de 1954.] Então, esses colegas mais antigos que trabalharam na formatação da Defensoria Pública, nesse modelo, que é um modelo inédito. Em 1989, a ONU considerou a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro o modelo, a instituição padrão para o resto do mundo. Então, até 1989... Olha que isso foi em 1989. A gente não contava, ainda, com a prática do concurso público, que só surgiu em 1988, com a Constituição da República. Então, temos defensores

que não foram concursados. Agora, esses foram, na realidade, os grandes criadores da Defensoria Pública. Então a gente, como a Malu, a Maria Luiza bem colocou, tem uma pitada do novo chegando com todo o gás, mas sem perder de vista o que a gente conquistou a partir desse pessoal mais antigo. Então a gente, hoje, para que vocês tenham ideia, tem um defensor aposentado que trabalha conosco, o José Fontenelle, que é o meu conselheiro, é o nosso conselheiro. Então a gente não faz absolutamente nada de novo sem trocar ideias com ele. Vocês devem ter entrevistado...

T.M. – Foi nosso primeiro entrevistado.

N.B. – Foi o primeiro. Ele é um sujeito, apesar de toda a dificuldade que ainda tem de locomoção... Foi até, inclusive, agraciado agora, no dia 19, com a Medalha dos 60 anos da Defensoria Pública e foi ovacionado, em um Theatro Municipal com mais de 500 colegas, exatamente por conta dessa linha de... A gente, de certa forma, não deixa o conservadorismo de lado, porque a gente quer avançar, está avançando, mas com muita responsabilidade. O que a nossa administração vem pregando é: a gente não quer experiência desastrosa. Por quê? Porque temos dois modelos muito exitosos, que é o da magistratura e o do Ministério Público. Na magistratura, para que vocês tenham ideia, não há eleição direta para a presidência do Tribunal; no Ministério Público há eleição, com a possibilidade de recondução. Na magistratura não há a possibilidade de recondução. Então a gente faz um *mix*, para ver o que é melhor, o que há de bom nas duas instituições, para acoplar ou para inserir na Defensoria Pública. Então, a partir daí, a gente vem lutando para garantir ao nosso público-alvo, ao nosso assistido melhores condições de atendimento. Então a gente vem trabalhando de forma firme e dura na aquisição de imóveis próprios. E aí eu vou falar mais um recorde que a gente bateu: nós desapropriamos, em três anos e meio, três imóveis. E não era a prática da Defensoria. Acho que, na história da Defensoria Pública, nunca se desapropriou, pelo menos que eu tenha lembrança – vou completar 16 anos agora no final do ano –, nenhum imóvel. Nós, em três anos e meio, desapropriamos três e, em três anos e meio, nós já entregamos um imóvel em São Gonçalo; vamos entregar agora, em agosto, um prédio... um prédio em São Gonçalo; um prédio agora em Duque de Caxias, já com a sinalização, ou seja, já com a contratação; e um prédio em Campos dos Goytacazes. Então, se a gente for levar em consideração isso, a gente está falando em seis imóveis sem dívida, sem

comprometimento das contas da Defensoria Pública. E temos mais de 12 milhões... Pegamos com 15 [milhões], completamente deficitário, com déficit de 500 mil. Hoje, nós temos 12 [milhões], sem déficit mensal. Acabamos de inserir no nosso orçamento, por conta de uma redução na taxa que o Tribunal de Justiça cobra da Defensoria Pública... cobrava da Defensoria Pública de 10% para 5%... Isso implica em algo em torno de mais 200 mil reais por mês. Porque, até janeiro de 2007, a Defensoria pagava 2%. A partir de janeiro de 2007 passou a pagar 10%. E a gente, com um trabalho muito firme e respeitoso, nós conseguimos fazer com que a presidente do Tribunal, a doutora desembargadora Leila Mariano, entendesse a função da Defensoria Pública e as dificuldades da Defensoria Pública e, dentro do trabalho que tem sido desenvolvido, reduziu para 5% desse valor. Nós conseguimos, depois de anos, desde 2004 ou 2005, inserir no orçamento da Defensoria Pública, no ano passado, quatro milhões para investimentos. Vejam vocês: desde 2004 ou 2005 que não entrava um único centavo para investimento, e quando entrou, entrou na ordem de quatro milhões de reais. Então é um salto enorme. Então a gente passou a trabalhar de forma ordenada, planejada e, como falei, criamos rotinas. Hoje nós temos um Departamento Financeiro. Não havia. Esse Financeiro compreende: orçamento, gastos, custo, tudo isso.

M.L. – Gestão.

N.B. – Gestão. Temos um departamento, uma Diretoria de Recursos Humanos. Isso não existia. Hoje, se eu quiser saber o perfil de um determinado servidor, eu tenho através de uma profissional que é pós-graduada, inclusive, pela FGV. Nós investimos de forma dura nela. Começou conosco, lá atrás... conosco não, começou na Defensoria, lá atrás, como estagiária de direito, e fui surpreendido, numa reunião há uns seis meses ou oito meses... É o tal negócio... “Daqui a pouco a Aimée vai ser nossa colega defensora.” E ela: “Não, doutor, eu não vou sair mais dessa área de RH”, porque ela se encontrou. Eu falei... Foi uma surpresa para nós.

T.M. – Que legal!

N.B. – Não, primeiro foi um susto, e depois eu... “Nossa! Que coisa extraordinária!” Ou seja, hoje ela faz com uma paixão... E é de uma precisão cirúrgica. É extraordinária. É uma profissional... Foi um achado. E é nova: ela não tem 25 anos.

M.L. – É, deve ser isso, 25 [anos].

N.B. – Tem em torno de 25 anos e, com certeza absoluta, se sair da Defensoria Pública, vai para qualquer segmento, público ou privado, porque ela tem uma característica maior do que os outros profissionais: ela tem o conhecimento da gestão pública, que é uma grande dificuldade. Ou se domina a área pública ou se domina a área privada. E ela domina os dois, em razão dessa capacitação, dessa vontade que ela tem. Nós temos um Departamento de Reestruturação de Órgãos, ou seja, para evitar uma sobrecarga de trabalho, num determinado órgão, de defensor para outros. Então nós não criamos órgãos sem antes passar por esse Departamento de Reestruturação. Temos um Departamento de Aposentados. Os aposentados só eram lembrados, até a nossa chegada, na hora do voto. Nada se fazia para os aposentados. Então, nós conseguimos agora, em dezembro, um aumento substancial para a categoria e não esquecemos dos aposentados, que também são contemplados. Então, fazemos reuniões de trabalho, e em todas as nossas festas, em todas, em todos os eventos são envolvidos também os aposentados, como prioridade absoluta e, se for o caso, a gente manda pegar em casa. Temos o Rio Previdência na nossa sede, então, se falecer um defensor ou uma defensora, ele não precisa ir ao estado, ele vai à Defensoria Pública e a Defensoria Pública faz absolutamente tudo. Inclusive **em caso** de falecimento. Como temos também o Departamento Social, temos uma assistente social, se falecer um defensor, ninguém precisa fazer nada, a assistente social faz absolutamente tudo. Se estiver doente um defensor, só para que vocês tenham uma ideia... No passado, se falava: “Ah, o defensor está faltando. Então, Corregedoria”. Hoje não, hoje, a assistente social vai à casa do defensor, procura o defensor, liga para saber o que está acontecendo. Porque pode ser um problema pessoal, uma separação, um divórcio, problema de saúde na família, um problema de saúde do defensor, que tem dificuldade, como qualquer ser humano, de identificar sua própria anomalia, sua própria enfermidade. “Não estou doente. Não estou doente. Não estou doente”, quando, na realidade, está. Então a assistente social cuida disso. Criamos também um Departamento

Odontológico. Temos uma clínica odontológica na Defensoria Pública, em que o servidor não paga absolutamente nada e pode fazer todo o tratamento odontológico gratuito.

M.L. – É para o funcionário.

N.B. – Para o servidor. Eu falei servidor.

M.L. – Para deixar bem claro que é...

N.B. – Então, ele não paga um centavo e tem todo esse tratamento, que é extraordinário. Temos o Departamento Médico de Perícia, também, e o defensor e o servidor não precisam ir ao estado. Então, na Defensoria Pública, ele recebe tudo. Criamos um Espaço Defensor, em que o defensor sai do interior, ou até mesmo na capital, se os amigos forem nos visitar e, de repente, chegaram um pouco antes ou um chegou primeiro que o outro... “Onde é que a gente se encontra?” “Vocês vão para o Espaço Defensor”, em que tem televisão, fax, computador, e-mail, tudo de primeira linha, um pequeno escritório, confortável, para que ali fique uma sala de convivência bastante interessante. Então é a referência dos defensores. Havia já uma biblioteca, então, mandamos lavar todos os livros com uma empresa contratada, adquirimos mais volumes. Criamos o auxílio-saúde para o defensor, que hoje está na casa de 400 reais para cada defensor. Temos também o auxílio-livro: cada defensor pode gastar, por ano, até 1.200 reais. Ele compra o livro e apresenta a nota fiscal, sem qualquer burocracia, e 10 dias a 20 dias depois está depositado na sua conta o valor. Vim para a recondução em 2012, num processo extremamente duro, porque, até janeiro de 2012, dentro dessa linha traçada pelo nosso diretor financeiro, que hoje é subsecretário de Planejamento... “Vamos ter que demitir servidores, principalmente os sem qualquer qualificação”, porque havia muito isso, havia semianalfabetos trabalhando na Defensoria, enquanto há uma demanda enorme de pessoas qualificadas e desempregadas. Então, nessa parceria entre financeiro com recursos humanos, conseguimos contratar vários profissionais qualificados. E o exemplo são dois fotógrafos. Quando eu cheguei na Defensoria, não havia fotógrafo, não havia profissional; hoje nós temos dois, e compramos máquinas profissionais. Nosso cerimonial... Não havia cerimonial; hoje nós temos uma equipe extremamente competente de cerimonial. A Assessoria de Comunicação não tinha a menor condição de trabalho; hoje nós temos uma equipe. Ou seja,

fomos setorizando e trabalhando profissionalmente. Então, por isso, hoje a Defensoria Pública aparece em todos os meios de comunicação. Quando a gente aparece menos vezes, numa semana em que há feriado quarta, quinta e sexta, em dois dias, na segunda e terça, a gente aparece pelo menos quatro vezes... aliás, 40 inserções na mídia.

T.M. – Bastante.

N.B. – No final da semana, se a semana for de segunda a sexta, pode contar mais de 100 inserções, em *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Extra*, *O Fluminense*, blogs, aparecemos em todos, e o que é melhor, de forma positiva, sempre positiva: porque resolveu o problema da Cláudia, da menina que foi arrastada pelo camburão e a família já foi indenizada. O bonde de Santa Teresa, ninguém mais fala nas vítimas do bonde de Santa Teresa, porque a Defensoria já conseguiu resolver a questão de todas as famílias: todas as famílias já foram indenizadas. O colégio Tasso da Silveira, em que aquele louco entrou lá e depois se matou e matou 12 crianças, todas as famílias já foram indenizadas. Porque nós criamos, também, através da nossa credibilidade, um canal direto com o poder público, que não há em nenhuma Defensoria Pública do país. Isso é um grande orgulho nosso, essa linha de negociação direta. O que se faz hoje? Através da mediação, nós conversamos com o poder público, um diálogo imediato, e trabalhamos nas indenizações sempre no teto do Superior Tribunal de Justiça, que é um tribunal que baliza as indenizações – e, na maioria das vezes, a gente já afasta qualquer tipo de discussão e as vítimas são indenizadas rapidamente. Para que se tenha uma ideia, nesse caso Cláudia, que foi o último que nós fizemos, do primeiro contato nosso com a assinatura do termo de acordo foram nove dias. Em menos de um mês a família já tinha recebido o valor da indenização, que, se fosse para a Justiça, demoraria aí, muito provavelmente, 15 anos, muito provavelmente, porque tem todos os recursos e por aí afora. Tem um caso conhecido que as perguntam “cadê fulano?” que até hoje não se tem notícia de nenhum amparo, e a gente já sinalizou que, se fosse conosco, a gente já teria resolvido. O caso do rompimento da adutora em Campo Grande, a Cedae indenizou as famílias, todas – foram 74 famílias –, pagou hotel durante um período, até que as casas fossem recuperadas. E, depois, no inquérito policial, ficou constatado que a responsabilidade não foi da Cedae.

T.M. – Foi da Guaracamp.

N.B. – [Foi da] Guaracamp. Então nós atuamos e convencemos a Cedae de que seria interessante pagar e, depois, regressivamente, cobrar de quem de direito. Então, isso só foi possível através da credibilidade que hoje... a gente tem um orgulho muito grande de dizer que a Defensoria Pública alcançou...

G.M. – Desculpe interromper o senhor. O senhor então acha que...

N.B. – Claro! Já falei, eu tenho preguiça de parar. [risos]

G.M. – O senhor acha que essa tendência de conciliação dos conflitos...? Inclusive, acho que, se não estou enganado, a ministra Nancy Andrighi havia comentado a atuação mais assertiva, por parte da Defensoria Pública, no sentido de conciliar e de desafogar essas demandas do Poder Judiciário. O senhor acha que a tendência, a perspectiva da Defensoria Pública... esse vai ser o caminho que o senhor tenta de alguma maneira perfilhar?

N.B. – É, a gente vem investindo muito nessa linha. A gente encontrou, no início, uma certa resistência de alguns segmentos da sociedade, e até internamente, também. Porque há uma confusão entre ser combativo e ser brigão. Você não precisa brigar para ser combativo. Ser combativo é: o que o seu cliente quer? Ele quer um bem da vida X. Ele não quer saber qual o caminho que você vai percorrer; ele quer aquele bem da vida. Seja honesto, é óbvio. A gente não transaciona, a gente não põe em risco os interesses dos nossos assistidos e não foge, não se afasta da ética e nem da técnica. Então, o mais importante para nós é, em primeiro lugar, conversar. Porque não é possível que, num país como o nosso, com 200 milhões de habitantes, nós tenhamos 100 milhões de demandas tramitando no Brasil. Muita gente não sabe disso: são 100 milhões de demandas tramitando no Brasil. Então significa dizer que, para cada dois brasileiros, um é litigante. Ninguém conversa mais; é só briga. E a formação natural do jurista, do que ingressa na faculdade de direito é a luta, é a briga. Não tem cadeira de mediação na faculdade. Pode ter agora, mas não... Não há essa figura. Então você aprende: petição inicial, contestação, sentença. É isso que você aprende na faculdade. Então você já vai pronto para a luta. E há também uma cultura dos clientes, do leigo, achando que bom

advogado é aquele que grita com o juiz e faz aquele *mise-en-scène* todo, quando, na realidade...

T.M. – Defendendo.

N.B. – Ele se sente defendido. E nós, defensores, passamos também a perceber que alguns assistidos ficavam indignados, porque o advogado da outra parte gritava, gritava, gritava e muitos defensores não abriam a boca. Por quê? Porque não havia necessidade, a causa já estava ganha. O sujeito estava esperneando porque sabia que ia perder e ele tinha que justificar para o seu cliente. Porque o defensor não precisa disso. Então ele, na técnica... E isso não é uma crítica para o advogado, não. É porque a advocacia também é um negócio. Se a gente parar para pensar, ele vende o trabalho dele. Como é que ele vende o trabalho dele? “Ora, eu tenho que fazer a minha parte”, vai para o júri e ele dá uma cambalhota, quando muitos defensores... Convido-os inclusive a assistir a um ou outro júri de defensores que eles não elevam o tom de voz. Chega a irritar a tranquilidade de alguns. Mas chega no final das contas, o defensor consegue convencer os jurados da inocência ou do acerto em acompanhar a tese defensiva. Então, isso é técnica. A mesma coisa acontece com a mediação. Ora, por que eu vou lutar contra o que está claro? Hoje a gente conversa com o governo do estado, com os municípios, com as empresas privadas, com os bancos: “Olha, você está errado, você sabe que está errado. Você vai insistir em recorrer desnecessariamente? Tem o preço político, tem o preço da sua imagem envolvida nessa questão”. Quando nós resolvemos a primeira questão da Tasso da Silveira – isso foi em abril de 2011, quer dizer, com quatro meses de gestão –, quando a gente conseguiu resolver ali o primeiro caso... E a gente demorou uns três meses... de dois a três meses conversando. Porque ainda havia uma certa insegurança em proporcionar uma excelente indenização, sem que a Defensoria Pública fosse acusada depois de ceder às pressões do município. Então foi, talvez, uma das maiores indenizações pagas. Aí depois vem, com a expertise, o caso Cláudia, em que em nove dias a gente liquidou a fatura, e eu diria que foi uma das maiores indenizações pagas pelo estado em todos os tempos e em tempo recorde. Porque até pensão nós inserimos no acordo. A família vai receber um apartamento no programa Minha Casa, Minha Vida, que é um programa novo, também, então, há dez anos, nem se ventilava essa possibilidade. Então a mediação é um caminho sem

volta. A gente vem investindo. A gente vai inaugurar, para os próximos dias, talvez em uma semana ou 15 dias, o Núcleo de Mediação, aqui no Leblon.

M.L. – Na verdade, a mediação, você tem dois aspectos dela que eu acho que são muito importantes, e a Constituição de 1988 e, depois, a emenda constitucional que deu à Defensoria o direito da ação civil pública garantiu à Defensoria o protagonismo na questão da mediação. Porque o que acontece? Quando você está falando em questões macro, quando você está falando em relações de consumo, quando você está falando em relações de Estado, quando você tem a ação civil pública, você tem o poder de resolver a questão de uma vez só e de uma maneira uniforme, quando você faz o inquérito, quando você faz o termo de ajustamento de conduta etc. Então você consegue resolver uma questão macro de uma vez só, porque você tem a legitimidade para a ação civil pública. Por isso que a ação civil pública, para a Defensoria, é tão cara. Porque, para os planos de saúde – vou dando um exemplo –, ou para os bancos, os grandes litigantes, não faz muita diferença, várias açõezinhas. Aquilo já entra no bojo do custo etc. Quando você entra com uma ação civil pública, quando você faz um inquérito e aquilo faz uma uniformização de um pensamento, de uma forma de atuar, aquilo ali é mais complicado e eles preferem negociar, porque eles podem perder muito ali. Então, dentro dessa ótica da legitimidade da ação pública, para a Defensoria, você tem mais esse ponto histórico muito significativo, na questão da mediação. Por outro lado, você tem questões que devem ser mediadas quando são questões individuais, porque não tem jeito de você entrar com uma ação civil pública. Por exemplo, nas questões de família tem que ser ações individuais, tem que ser mediações individuais. A Defensoria tem uma expertise de anos, porque a gente tem por princípio – isso desde que eu entrei e desde antes de mim etc. – chamar as partes e falar assim: “Ao invés de a gente entrar com uma ação litigiosa, vamos fazer uma ação consensual”, por exemplo, num divórcio, numa ação de alimentos etc., etc. E isso para a gente é interessante por dois motivos. Primeiro, porque a população chega na nossa porta. Você não tem batendo na porta de outra entidade, de outra instituição, dizendo: “Eu preciso mediar”. Quando a pessoa está com um problema, ele vai à Defensoria, é lá que ele busca a solução do seu problema. A princípio, para entrar com uma ação. Porque o indivíduo, o cidadão comum, ele tem por princípio... a solução do problema é entrar com a ação. E aí você tem a oportunidade de apresentar a ele uma outra alternativa, que é a mediação. Então eu tenho o público chegando, eu tenho o cidadão chegando na minha porta.

E para nós e para o sistema de Justiça é importante, porque uma ação mediada significa o fim do problema. Uma ação julgada não necessariamente significa o fim do problema: é uma ação que provavelmente terá filhotes, é uma ação que terá outras ações, que vão ter ações de execução, ação de modificação, ação disso e daquilo, então, aquele problema social não é resolvido. A mediação possibilita isso. Então, nas duas hipóteses de mediação, seja no âmbito coletivo, seja no âmbito individual, quem tem o protagonismo disso é a Defensoria, e a gente tem que estar preparado para isso, e a gente está se preparando, a gente está preparado para isso. A inauguração do Núcleo é isso, a experiência dos Núcleos Especializados, com as ações coletivas, a experiência junto ao Estado *lato sensu* nessas negociações, nesses casos de indenização evidenciam que a Defensoria do Rio está pronta e já atuante nesse aspecto. Então eu acho que a mediação, para o sistema de Justiça, tem que ter como protagonismo a Defensoria Pública. E ele tem, hoje, os instrumentos... Hoje que eu digo, já há 10 anos ou 15 anos. Ele tem os instrumentos jurídicos necessários para isso.

T.M. – Qual é a data prevista para a inauguração? É o décimo sexto núcleo, não é? Porque em algum momento da...

N.B. – É o décimo sexto núcleo.

T.M. – Já é na próxima semana? Quando vai ser?

N.B. – A gente só está dependendo agora de datas. Porque faltavam, na realidade, as cadeiras.

M.L. – Faltava cadeira, faltava alguma coisa de corpo técnico...

N.B. – Basicamente as cadeiras, porque o corpo técnico, até tem o pessoal lá da Ilha do Governador que virá nos apoiar nesse primeiro momento. Então é coisa de no máximo... em 10 ou 15 dias a gente vai inaugurar. A gente manda até a sinalização para vocês. Se vocês puderem ir...

T.M. – Pois é. É interessante isso ter no livro, porque a gente tem observado, pelas entrevistas, que de fato é uma tendência. E o Rio ter um núcleo específico para isso, acho que é um passo importante para consolidar justamente essa função...

N.B. – Exatamente.

T.M. – ...que vocês estão explicando que já é uma função clássica do defensor.

N.B. – E a Malu fala que os assistidos nos procuram. Mas, hoje, não só os assistidos nos procuram; os infratores também nos procuram. Por quê? Porque como a Defensoria Pública é uma referência e não tem viés político... Porque isso é que a gente quer manter de forma muito clara: aqui não é governo, aqui não é oposição. A Defensoria Pública é uma instituição apartidária, e é importante que ela continue assim. Para quê? Para que ela possa ultrapassar qualquer que seja a coloração política dos governantes, seja do partido *A*, *B* ou *C*. Nós não temos partido. E é bom que não tenhamos. E por que isso, também? Porque nós somos simpáticos a todos os partidos. Nós não temos dificuldade em nenhum segmento político. Então, é importante que se diga, em alguns casos, o próprio infrator, o próprio governo, às vezes, os próprios municípios falam: “Olha só, eu quero fazer, mas só faço com vocês, porque não haverá conotação política”. E a gente vê às vezes na televisão determinados representantes de partes criticando diretamente o governo. O governo não quer... “Olha, espera aí! Você quer conversar ou você quer me atacar? Se é para me atacar, entra na Justiça e vamos ver se você tem razão ou não”. Porque, em muitas das vezes, pode ser que o suposto infrator não tenha responsabilidade. Como no caso da Cedae com a Guaracamp. Só que a gente vai discutir, quem é que perde? É o nosso assistido. Então eu quero o melhor para o meu assistido e solucionar rapidamente essa questão. Então a mediação, para nós, vai ser fechar a nossa administração, em dezembro de 2014, com chave de ouro. A gente quer, pelo menos seis meses, cinco meses, ter um núcleo nessa linha, para que a gente possa entregar um serviço ainda de maior qualidade, de melhor qualidade, com menor esforço para o nosso assistido, ou seja, tornar referência e expandir isso para todo o estado. Como nós fizemos com o 129. Quando a gente chegou, até agosto de 2011, havia um telefone 0800, da Central de Relacionamento com o Cidadão, e descobrimos que, desde 2009 ou 2010, havia, pelo governo federal, disponível o tridígito, o 129, da Defensoria Pública, e ninguém se

manifestou, ninguém... Quando eu soube, eu falei: “Vamos implementar”, na hora. Aí a colega, a responsável pela Central de Relacionamento com o Cidadão, falou: “Nilson, mas o número já está aí, o 0800...”. Era 0800... O número, eu, hoje, três anos e meio, eu não sei o número, esse 0800, nunca decorei.

T.M. – É, o 129 é tão mais fácil de as pessoas decorarem.

M.L. – Eu nunca soube.

N.B. – Eu nunca decorei e nunca decoraria, porque é muito chato. E implementamos em um mês e meio, esse tridígito. E ela veio depois falar comigo: “Cara, foi um acerto realmente extraordinário”.

G.M. – Com certeza.

N.B. – “Facilitou muito a vida...” Porque já tinha uma estrutura pronta. Eu até entendi.

G.M. – Só trocou o número, não é?

N.B. – Só trocou o número.

T.M. – Só facilitou o acesso.

N.B. – Exatamente. Aí, depois disso, a gente ousou ainda mais, porque funcionava no horário comercial, de 8 às 18 horas, ou de 8 às 17 horas, e perguntei a ela, numa reunião um mês e meio ou dois meses depois, se a gente não poderia estender para a madrugada. Ela falou: “Vamos falar com a engenharia”. E, em parceria com o Tribunal de Justiça, nós, onde fica hoje o plantão noturno, fica também... temos também um defensor, nós colocamos uma base. Então, às 18 horas, eles giram uma chave e o 129 vai para o plantão. Então nós temos... É o único serviço no mundo – serviço jurídico – que funciona 24 horas por dia. Não há nenhuma outra Defensoria Pública, infelizmente, ainda, que funcione dessa forma. E conversando com o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Brito, falei dessa novidade,

em que um sujeito, por exemplo... Imagine uma senhorinha de 70 anos que tem seu filho preso em Itaperuna. Ela liga para o 129, o defensor ou o nosso auxiliar dá toda a orientação para ela, ela coloca os defensores... passa por fax, ou por e-mail, alguma coisa nesse sentido aqui para o Rio de Janeiro, para o plantonista, e o colega defensor impetra um habeas corpus sem ela ter que sair de Itaperuna e ele pode ser libertado da mesma forma que se ela tivesse vindo aqui, sem gastos, sem ônus. E ele falava: “Doutor Nilson, isso é a humanização do acesso à Justiça”. É exatamente isso, é dar ao pobre, dar àquele menos favorecido o melhor trabalho, com a excelência que ele precisa, sem grande esforço. E o que é melhor, também: a gente amplia o atendimento. Imaginem os senhores, uma mulher de um sujeito abastado, de um milionário, que tem seu corpo de advogados, ela sofre uma violência doméstica. Os advogados dela serão os advogados dele, porque ele que é o mantenedor da família. Ela liga para o 129 – pelo 129 a gente não tem como perceber se o sujeito tem recursos ou não – e a gente vai prestar a mesma assistência. Porque, naquela situação, ela vai estar vulnerável, ela estará, aliás, vulnerável. E a Defensoria Pública se preocupa também com essa questão da vulnerabilidade, não só na questão econômica. Em alguns momentos a Defensoria tem que atender, deve atender, porque não há alternativa, não há opção para o sujeito. Como acontece nos plantões do Carnaval e do Maracanã. O sujeito está no Maracanã, tem lá o Juizado Especial...

T.M. – O Jecrim [Juizado Especial Criminal].

N.B. – ...o Jecrim, houve uma briga, torcida *A* com torcida *B*, ou a esposa... os dois do mesmo time estão discutindo lá e a pancadaria quebra.

G.M. – Corre solto.

N.B. – Vão os dois para o Jecrim. Eles têm como contratar advogado naquela hora? Não. Então, quem é que vai atender ali? O defensor público. No Carnaval, a mesma coisa. A grande maioria das pessoas que lá comparecem são pessoas com um poder aquisitivo relativamente... A não ser o Setor 1, em que há gratuidade. Mas os outros... E como é que você contrata um advogado naquele momento de festa, uma, duas, três horas da manhã? Mas tem um defensor lá. Não se contrata, mas há um defensor lá. E, naquele estado de

vulnerabilidade, a gente consegue resolver. Como aconteceu também nas enchentes, em Friburgo, Teresópolis, Petrópolis: a Defensoria Pública atuou diretamente ali, para todo mundo, concedendo segunda via de documentos, através do Detran. Então, essa é uma questão fundamental para nós.

T.M. – Uma das perguntas que a gente gostaria de fazer é justamente o relacionamento institucional da Defensoria com outros órgãos, inclusive do estado. E recentemente foi firmado um convênio com o Detran. Vocês podiam falar um pouquinho desse convênio novo?

N.B. – Claro! Nessa linha, já deixar para vocês aqui, para a população em situação de rua, que é uma preocupação nossa, já logo no início do ano, foi a primeira campanha institucional que a gente estabeleceu, que a gente lançou também em 19 de maio de 2011, foi: “O que vamos fazer com nossos moradores de rua por ocasião dos grandes eventos, Copa do Mundo e Olimpíadas?”. Isso em 2011. A gente tinha acabado de chegar. Ninguém falava disso. E ninguém fala. Então nós fizemos uma campanha institucional para mapear, principalmente aqui na capital, todos os moradores em situação de rua, em parceria com a Firjan e com o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário, que nos apoiou. A Secretaria de Reforma colocou na Defensoria Pública 270 mil reais e a Firjan nos doou uma unidade móvel que é extraordinária, em que há a possibilidade de, em cinco gabinetes... cinco defensores poderão atender, simultaneamente, cada qual, dois assistidos ao mesmo tempo, com acesso para cadeirante, ou seja, para portador de necessidade especial. Pois bem, a partir daí, nós avançamos no sentido de a Defensoria Pública fazer a sua parte, também. Porque nós pegamos o resultado dessa pesquisa... E interessante que mais de 70% dos moradores em situação de rua não são usuários nem de álcool e nem de entorpecente. Poucas pessoas sabem disso. As pessoas associam logo: morador de rua deve usar álcool ou entorpecente. E não é verdade. Muitos deles têm casa, têm domicílio, têm família. Mas o sujeito que mora em Campo Grande, que mora em Santa Cruz, ele prefere, muitas das vezes, dormir na capital de segunda à sexta, para economizar o dinheiro da passagem ou porque não tem o dinheiro da passagem, e ir para casa só no final de semana. Nós identificamos isso, também, através da nossa ação, do nosso projeto. E verificamos também que muitos têm direitos que não usufruem: o serviço de assistência social, o benefício de Loas, o benefício previdenciário de

quem tem renda *per capita* inferior a um salário mínimo. Muitos deles têm e não sabem. Não sabem que têm abrigos, não sabem que têm direitos a pedir, pais que podem pedir alimentos aos filhos, muitos deles não sabem. E o sub-registro, que é uma questão também latente no nosso país. Então começamos a trabalhar também nessas questões, e nas ações sociais, junto com o Detran, nós fornecemos o ofício de gratuidade, a solicitação de gratuidade e o Detran prontamente emite os documentos de identidade. Então, a partir daí, surge a ideia de a gente criar um polo fixo para atendimento da população em situação de rua. E inauguramos, na semana passada, no Méier, o primeiro polo nessa direção, para atender exclusivamente a população em situação de rua que necessitar de sua identificação, para que a gente possa, de uma vez por todas, contribuir diretamente para a erradicação do sub-registro. E estamos fazendo também nas penitenciárias. Há muitos presos cuja identificação é apenas a policial, apenas a feita pela Polícia Judiciária, e certidão de nascimento, identidade e carteira de trabalho, não têm. Então, falar de egresso, falar em recuperação de presos sem documento é um retrocesso e é uma falácia. E a gente vem trabalhando também nessa questão. Sem contar com o morador em situação de rua.

M.L. – E é um espaço específico para isso. Porque a gente sabe que existe uma certa resistência do morador de rua e uma vergonha, e ele tem uma autoestima muito baixa, de ir a locais públicos, a locais que não são específicos. Então, ali, a gente está fazendo um local em que ele sabe que ele não vai ser marginalizado, em que ele sabe que ele vai ser atendido...

N.B. – É a casa dele.

M.L. – ...que é a casa dele. Porque a gente tem percebido isso. Isso aconteceu muito no Núcleo da Rocinha. O Núcleo da Rocinha era no Leblon. A gente mudou para a Rocinha. O Núcleo da Rocinha, que atendia uma média de 30 pessoas por mês, hoje atende 1.000 [pessoas]. Porque o morador da Rocinha não ia até o Leblon para ser atendido. A mesma coisa, agora, a gente fez com o Núcleo da Mangueira. A gente montou um Núcleo da Mangueira. Porque a população da Mangueira... Você tem essa noção de comunidade, de localidade muito forte, nas comunidades. Então, para eles é importante que o atendimento esteja lá dentro, que o serviço público chegue à sua comunidade. E é até motivo de orgulho para eles, dizer que o serviço público está dentro da comunidade.

G.M. – De identidade, também.

M.L. – De identidade, não é?

T.M. – Agora, esses dois exemplos que a senhora citou, doutora Maria Luiza, têm a ver com o processo de pacificação? Como é que está essa relação? Quais as atividades...? Porque a Defensoria também tem ajudado nesse sentido, a partir do momento em que ocorre a pacificação. Vocês poderiam falar um pouquinho dessa atividade?

N.B. – Claro! Tem toda a participação, tem toda uma integração. Quando aconteceu o primeiro processo, que foi antecipado, lá no Alemão, foi um desastre. Ali foi um verdadeiro desastre. Por quê? Porque não houve um planejamento direto, e isso a gente percebe nitidamente no próprio filme que passou recentemente. Tiveram que antecipar, por conta... me parece que de alguns policiais que ficaram... Presos não, mas...

G.M. – Ilhados.

N.B. – ...ilhados ali. Então houve, segundo alguns, excesso. E a partir... Acho que o segundo momento de pacificação foi a Mangueira, se minha memória não me trair. A Defensoria já participou ativamente dessa questão, em que fincamos uma base, em parceria com a Secretaria de Segurança, que nos convidou para participar, para evitar excesso. E, justiça seja feita, eles também respeitam muito a Defensoria Pública. E nós criamos uma base e levamos de oito a dez defensores para acompanhar o processo. Não tivemos nenhuma reclamação. Porque os defensores, inclusive, a orientação nossa foi: “Não subam porque ainda está em processo de pacificação”. Mas o defensor não cumpre regras – ele tem independência funcional, ele faz o que lhe dá na cabeça –, e eles subiram junto com os policiais do Bope. E quando os moradores viam o colete da Defensoria Pública, eles convidavam, os policiais e moradores, para entrar em suas residências, com muito carinho e respeito, e não vimos, não registramos nenhum excesso. E aí foi desencadeando várias ações. E aí depois foi a Rocinha, a mesma coisa...

M.L. – A Maré.

N.B. – Não. A Maré, mas antes foi o Lins. O Lins, inclusive, eu participei também, diretamente, e na Rocinha também. Então, a ideia é que, próximo dessas localidades pacificadas, dessas comunidades, tenha um Núcleo da Defensoria Pública, não só para receber eventuais reclamações, mas para atender efetivamente essa população. Porque não adianta... Isso o próprio... É uma ideia do próprio secretário de Segurança e de política pública. Quem estuda isso sabe que não se resolve violência com polícia; se resolve violência com políticas públicas. Então, é dando hospital, saúde, educação, esporte, lazer...

G.M. – Cidadania.

N.B. – Cidadania. E eu tenho o orgulho de dizer, nós temos um orgulho muito grande de dizer que a primeira porta da cidadania que vai chegando é a Defensoria Pública, como fizemos na Rocinha, e foi a primeira entidade a chegar, foi a Defensoria Pública, a primeira instituição. Na Mangueira, estamos chegando agora... chegamos agora, já estamos funcionando. Ainda não inauguramos, mas já estamos funcionando. No Alemão, nós temos o Núcleo de Ramos que é muito próximo; vamos inaugurar já, em alguns dias, essa semana ou no máximo semana que vem, a Casa da Cidadania, com várias parcerias – Detran, Judiciário –, lá na Cidade de Deus, que vai ser, para nós, também um grande achado. Acho que vai ser muito interessante. Ou seja, a gente está aproximando a Defensoria Pública cada vez mais, nessas localidades, e prestando esses serviços bem setorizados e identificando a demanda de cada segmento. Por exemplo, o Nudiversis. O Nudiversis (Núcleo da Diversidade Sexual), nós criamos em maio de 2011. Por quê? Porque a gente identificou que a população LGBT não se sente à vontade para ir num núcleo comum. Não porque o defensor ou os servidores auxiliares os tratarão de forma diferenciada; é que a própria população não está pronta para isso. Então ele não vai. Imagine, um transexual, um travesti vai entrar lá com seu salto alto 10 horas da manhã, que é o horário, via de regra, que começa o atendimento, de 8 horas às 17 horas? Ele não vai de jeito nenhum. Então nós criamos um espaço que é para eles. É claro que eles podem ir a qualquer outro. Não há uma exclusão, mas aquele que quiser ser atendido dentro do seu segmento... Temos inclusive uma servidora que é transex, no Núcleo da Diversidade Sexual, exatamente para, quando a pessoa chegar, ela vai ver um igual. Não vai

ter aquela coisa da discriminação; ninguém vai rir. E a gente cansou dessa história de ouvir piadas em relação a... Fulaninha... Hahaha. Risinhos. E um fica olhando para a cara do outro. Ali não, ali é a casa deles. É claro que vai ter discussão. Se vizinho briga com vizinho, se, no órgão, um puxa... passa a frente do outro, ali não vai ter discussão? Mas não nesse tipo de segmento. A mesma coisa com relação ao racismo. A gente criou agora, no último dia 21 de março, esse Núcleo contra o Racismo, também por conta disso. O sujeito vai num Núcleo de Primeiro Atendimento, chega lá e tem um monte gente, ou chega lá um negro e diz: “Fui vítima de racismo”. Um olha para a cara do outro: “Ah! Não existe racismo no Brasil. Meu filho, você está com isso na cabeça”. E não é.

T.M. – E é difícilimo você também comprovar que de fato houve racismo.

N.B. – Muito difícil. Muito difícil. E falta... Me perguntaram, agora, no sábado, como é que eu via essa questão e se há dificuldade do Judiciário e do Executivo. Há toda a dificuldade. Porque falta preparo: o juiz não está preparado, o promotor não está preparado, o defensor não está preparado. Porque como identificar o racismo? É muito complicado isso. Quem é que vai denunciar? Quem é que vai testemunhar? Então a gente tem que começar, em primeiro lugar, a parar de jogar a sujeira para debaixo do tapete e enfrentar a questão de frente. Porque, a partir daí, a gente vai identificar que há o racismo, há o racismo velado, mas que a gente pode combater, sim, e com uma conscientização plural. Ninguém é obrigado a gostar de ninguém, mas tem que respeitar. Na medida em que a gente respeite as diversidades, as religiões... É um absurdo um juiz dizer aí que o candomblé, a umbanda... “Ah, isso não é religião!”. E aí ele cria o conceito dele. Quer dizer, qual é a sua religião? A sua religião vale e a dos outros não vale? Então é uma situação bastante complicada. E a gente vem trabalhando com muita atenção, ouvindo a população nesse sentido. E não tem melhor ouvinte do que o próprio defensor que nos traz essa demanda. E a gente, pela primeira vez na história institucional, tem uma administração que escuta, que ouve diretamente o assistido. Se ele não está se sentindo confortável no órgão de atuação, ele vem direto ao defensor geral, à administração, e conversa e a gente encaminha para quem de direito. A gente não atua, porque a gente não tem o que a gente chama de capacidade postulatória. Até poderia ter, mas a gente não atua exatamente para não desprestigiar o colega que está na linha de frente. E criando mecanismos de capacitação. Nunca se fez tantas palestras, seminários, e

a gente manda os colegas para estudar... Para que vocês tenham uma ideia, em 2011, a gente mandou uma colega para a França para estudar, para Paris; em 2013, a gente mandou nove; em 2014, nove; em 2015, começam as inscrições... agora, no final do ano, começam as inscrições para a gente mandar para fora. Porque a gente criou uma resolução que facilita o acesso do colega a estudar no exterior. Então, a grande maioria está indo para a Europa, para a Universidade de Coimbra, de Lisboa, para Washington. Tem uma colega que foi aprovada em três universidades em Washington. E aí os colegas voltam mestres, doutores. Porque havia uma carência. O defensor não escreve. Porque ou ele trabalha, e a carga de trabalho é absurda... A gente atendeu, para que vocês tenham uma ideia, no ano passado, perto de cinco milhões de pessoas.

G.M. – Nossa!

N.B. – Isso significa dizer um terço da população do estado do Rio de Janeiro. Nós temos 16 milhões de habitantes. Então, você atender cinco milhões, é um público considerável, e público que procurou a Defensoria. Fora aqueles que não procuraram a Defensoria Pública por uma outra questão, de achar que... “Ah, não vale a pena. Não sei...”

M.L. – Isso não conta o atendimento do 129, que gira em torno de um milhão/mês.

T.M. – Nossa!

N.B. – Aí, você junta isso, você tem aí...

G.M. – Nossa!

N.B. – Um milhão de atendimentos.

M.L. – Um milhão de telefonemas/mês.

T.M. – É muito grande.

M.L. – É muito grande, muito maior...

T.M. – **É um ofício** muito grande.

G.M. – É uma estrutura enorme, para abrigar...

N.B. – O 129, nós temos 60 postos de atendimento, hoje. Quando chegamos, não havia programa... Havia a ideia, mas não havia um programa eficiente. Nós criamos um programa eficiente e aumentamos de 20 para 60 postos de atendimento.

M.L. – Em dois turnos. Na verdade, eu tenho dois turnos de 60 e 60, porque tem a lei específica do telemarketing, que eu acho que são seis horas, se não me engano, e depois você tem o turno da noite. Então, na verdade, a gente mobiliza aí... E é atendimento pelo estagiário. Não é um terceirizado. Porque a gente diz o seguinte, a gente não é telemarketing: “Aperte um, se você quer ser... Se o problema é família, aperte dois”. Não. Tem que ser um estagiário. Porque a linguagem utilizada pelo assistido é uma linguagem diferenciada; você tem que saber decifrar algumas informações. Então, na verdade, não é um telemarketing; é mesmo um atendimento, feito por um estagiário e supervisionado, a cada dez estagiários, por um supervisor que é um advogado. Então você mobiliza aí, só nessa história, 150 pessoas, brincando.

T.M. – É muita gente. Tem uma outra questão que eu acho importante a gente abordar, para saber como é que a Defensoria Pública está lidando com ela, que é a questão do direito ambiental, que, atualmente... cada vez mais em voga. Tem algum projeto, alguma coisa nesse sentido?

N.B. – Nós criamos o núcleo de direito ambiental, o Núcleo de Meio Ambiente, exatamente por conta dessas questões. Quando a gente começou a perceber vazamentos em nossos lagos, nas praias... Havia uma certa resistência, também, porque a gente não entendia por que, até então, a Defensoria Pública não estava inserida nesse contexto. E com a legitimação da Defensoria Pública, se não me falha a memória, a partir de 2005... Não tenho certeza absoluta se 2005 ou 2006, e a gente não pode ser leviano e esquecer quem foi o autor do projeto, o

então senador Sérgio Cabral inseriu a Defensoria Pública como um dos legitimados para a propositura da ação civil pública. A partir dali, já deveria a Defensoria Pública estar aparelhada para atuar também no meio ambiente. E nós, o ano passado, criamos... Foi ano passado ou retrasado?

M.L. – Ano passado.

N.B. – Ano passado, criamos o Núcleo de Meio Ambiente, exatamente para, ou sozinha ou em parceria com o Ministério Público ou em parceria com a Defensoria da União, atuar na defesa do meio ambiente, sob qualquer aspecto, seja para defender os imóveis tombados, trabalhar pelo saneamento, porque isso também envolve, passa pelo meio ambiente... Quando eu vejo, nas entrevistas dos grandes jornais e grandes emissoras de TV, rios assoreados, com pneus, garrafas PET, eu acho isso uma irresponsabilidade, e não só do poder público, mas também dos moradores. Falta educação. Então a gente, num primeiro momento, a gente começa a trabalhar na educação das pessoas, na fiscalização. Porque no momento em que... Não tem força maior do que a força popular. Então, na medida em que o povo entra nessa luta junto com a Defensoria Pública, nessa orientação de como tratar o seu espaço, o meio ambiente... Como a gente vê em determinadas praias do Nordeste, em que você tem que pagar para entrar no determinado ambiente. Aí o sujeito... “Ah, mas por que eu tenho que pagar?” Tem que pagar porque tem gente que tem que limpar, específica para isso, e aí você chega e é um paraíso. Aqui não. A gente não tem essa cultura. E estão falando em multas para quem joga lixo no chão, e a gente para e pensa, isso é um absurdo, isso aí... Você multar... Isso aí é tão comezinho, isso é tão básico como a lei que obriga o sujeito a ficar de pé quando tem um idoso, quando tem uma grávida. A gente percebe também que há um sono...

M.L. – Avassalador.

N.B. – Avassalador. Quando se aproxima um idoso ou uma mulher grávida, nossa, dá um soninho...

G.M. – No metrô.

N.B. – Dá um soninho que a pessoa não acorda de jeito nenhum. Isso causa uma perplexidade muito grande. E a sociedade tem que começar a sinalizar para isso. A Defensoria sozinha não vai resolver nenhum problema, mas é mais um mecanismo, é mais um instrumento para que a gente possa combater essas práticas nocivas ao meio ambiente e à própria sociedade como um todo. Então, a gente também está atento a isso e é mais um orgulho que a gente tem na nossa administração.

T.M. – Tem um caso ilustrativo específico, na área de meio ambiente? Ou, realmente, no momento, os esforços estão pelo aspecto educativo?

N.B. – O que acontece? Nós criamos, em janeiro de 2011, na primeira semana de janeiro, a força-tarefa da Defensoria Pública – a gente não havia criado, ainda, o Núcleo de Meio Ambiente –, por conta das chuvas na Região Serrana, em que a gente envolveu todas as coordenações dos Núcleos Especializados, mais o Departamento Geral de Administração, a Central de Relacionamento com o Cidadão, sob a coordenação da então segunda subdefensora geral, Maria Luiza. Em qualquer catástrofe, calamidade que ocorresse no estado, a Defensoria estaria pronta para atuar. A partir de então, a gente nunca suspendeu esse estado de alerta. Então a gente está sempre pronto a atuar, em qualquer segmento. Agora, não há, ainda, nenhum caso, pelo menos que eu me recorde para registrar, de uma atuação efetiva da Defensoria Pública, não. Há estudos, há casos que demandam corpo técnico, e a gente está, em parceria com a Fundação Getulio Vargas, recebendo profissionais, que a gente quer transformar em peritos, para que nos ajudem na coleta de água, para ver qual é a situação da água dos rios e o que pode ser feito. Porque sem os profissionais especializados, como a Maria Luiza falou, fica muito difícil de a gente atuar no meio ambiente, só de achar ou de ouvir dizer. Então, agora, com o nosso corpo técnico que a gente vai criar, o Grupo de Apoio Técnico (GAT), para nos auxiliar... Não só ao Meio Ambiente, mas a todos os Núcleos Especializados, inclusive os colegas que estão no interior, que têm, também, legitimidade para propor as ações e as demandas e, às vezes, até chamar o poder público. Porque a gente fala muito em ajuizar ações, demandas, mas, às vezes, chamar o poder público, fazer um termo de ajustamento de conduta ou até mesmo um acordo, para que, em determinada anomalia, a gente possa solucionar rapidamente. Agora me veio em mente o caso da CSA, em

Campo Grande – não sei se em Campo Grande ou se em Santa Cruz –, que é uma indústria que está soltando uma película que está causando...

M.L. – Chuva de prata, que eles chamam.

N.B. – Chuva de prata.

G.M. – No processo de fabricação do...

N.B. – Exatamente. A Defensoria está nesse caso, através do Núcleo de Meio Ambiente com o Núcleo de Direitos Humanos, para apurar quais são as pessoas que foram lesionadas e que, de alguma forma, sofreram algum tipo de impacto negativo em relação àquilo, para ou ajuizar a demanda ou firmar termo de ajuste de conduta.

T.M. – Bacana. Em um determinado momento da entrevista, os senhores estavam falando sobre esse choque de gestão que foi essa gestão de vocês, repensando tudo, e o aspecto financeiro, essa regularização das contas, e puxando isso como gancho, outra questão em voga que a gente tem ouvido é sobre a autonomia financeira da Defensoria Pública. Queria a opinião de vocês a respeito, saber em que pé, como é que está o andamento dessa autonomia financeira. É algo que realmente se quer conquistar? Ouvir um pouquinho sobre esse assunto.

N.B. – O que acontece? A autonomia financeira da Defensoria já vem com a Emenda 45, se minha memória não me trai, em 2003. Só que há uma confusão entre... que alguns colegas defensores que talvez não passaram pela administração – ou, se passaram, ainda não aventaram –, é que não existe autonomia financeira absoluta em nenhum órgão da administração. Por quê? Porque quem tem a chave do cofre é o Executivo. Então não adianta o colega dizer, e falo isso com muita tranquilidade, dizer o seguinte: “O Judiciário recebe os duodécimos, isso, isso e aquilo; o Ministério Público recebe o duodécimo e pode fazer o que quiser e pode rodar a folha e isso e isso”. É um ledor engano. E falo aqui com muita tranquilidade. Por quê? Porque tudo deve ser negociado com o chefe do Executivo, inclusive o orçamento. Eu me lembro que recentemente um presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, foi ao presidente da República e solicitou, encaminhou para o Congresso um

orçamento em que contemplava um aumento para os magistrados, e não passou no Congresso Nacional. Por quê? Porque o chefe do Executivo disse: “Não há condições de o Brasil arcar com tais despesas”. Então, tudo isso deve ser negociado. Rodar a folha significa dizer autonomia financeira? A resposta, desenganadamente, é: não. Porque não adianta eu ter os recursos sem estar aparelhado para isso, em primeiro lugar. Eu tenho que ter mecanismos para rodar a folha. E hoje a Defensoria não tem. Nós temos um projeto desenvolvido com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para quê? Para que todas as Defensorias Públicas... São 300 milhões que foram disponibilizados para as Defensorias Públicas, para que a gente aparelhe as Defensorias Públicas, cada qual do jeito que quiser. É claro que solicitaram uma linha minimamente uniforme. Ou seja, vamos aparelhar a Defensoria Pública com informática, porque é o caminho natural. Porque tem Defensoria de determinados estados que não tem computador. Então, a partir do momento que se cria uma estrutura... E a gente já vem trabalhando há mais de um ano nessa questão. Então, a gente esbarra na burocracia, infelizmente, na máquina estatal, que é complicada. Têm coisas que a gente pode resolver em uma semana, dez dias, e a gente está há um ano discutindo isso, que é a entrada na Defensoria Pública de algo em torno de sete a dez milhões. O que a gente quer fazer com isso? Criar, e aí eu não sou o técnico, mas criar uma base de dados em que a gente possa, aí sim, com autonomia, fazer absolutamente tudo com a Defensoria Pública. Eu diria que a gente precisa de uma sala-cofre com toda a base de dados da Defensoria Pública, para não depender mais do Proderj, para não depender mais do Tribunal de Justiça, e todas as informações, no que diz respeito à coleta de dados, seja feita pela Defensoria Pública. Porque hoje nós não temos; nós dependemos do Proderj. Então nós temos um milhão e meio que foram investidos em 2008 e 2009, alguma coisa nesse sentido, que é um aparelho que foi colocado lá que eu não sei exatamente...

M.L. – *Blade*.

N.B. – Como é o nome?

M.L. – É um *blade*. É um grande servidor que tem a possibilidade de fazer o armazenamento desses dados. Então, na verdade, o que a gente... Quando houve essa proposta do BNDES, o Rio de Janeiro... Alguns outros estados queriam comprar carro, queriam reformar a sede e tal.

Nós, do estado do Rio de Janeiro, da Defensoria, resolvemos o seguinte: toda a nossa cota vai ser para sistemas de tecnologia de informação, toda ela. E a gente vem trabalhando nesse sentido. Só que o BNDES é muito criterioso, é muito detalhista, quando se trata de empréstimo para entes públicos – de uma maneira geral, ele é muito detalhista, a carta-consulta é muito detalhada, é toda hora vai e vem. E a gente vem trabalhando em cima disso. E o nosso projeto é tão interessante que o BNDES falou assim: “A gente pode pegar esse projeto de vocês e replicar para os outros estados que não têm condições de fazer um projeto?”. A gente falou: “É lógico”. Então a gente está dentro desse sistema, para que a gente tenha nosso *framework*, para que a gente tenha nosso banco de dados, para que a gente possa, dali, gerar sistemas interligados capazes não só de atuar na atividade-fim, porque o processo eletrônico está aí e a gente precisa estar capacitado para atuar no processo eletrônico, mas também na atividade-meio, na parte administrativa, quer dizer, que a parte de pagamentos seja quase que automatizada – o defensor está de férias em janeiro, já, automaticamente, já sai o pagamento para janeiro. Enfim, isso é o que a gente precisa. A gente saiu de, sei lá, 12 anos atrás... Menos. Quatro com quatro, oito. [A gente saiu] de uma instituição que não tinha o seu fundo próprio, que não geria o seu dinheiro, para um momento em que você tem que gerir o seu dinheiro. E a gente conseguiu, dentro dessa história de choque de gestão, falar assim: “Vamos gerir esse dinheiro com responsabilidade, priorizando gastos, otimizando os gastos, atuando de maneira em que haja, efetivamente, uma prestação digna, um bom produto”. Então, os nossos... A gente adotou, por exemplo, atas de registro de preço, que não existia na Defensoria, em que a gente consegue excelentes preços, porque a gente já tem uma tradição no mercado... A gente iniciou isso e conseguiu uma tradição no mercado de pagamento em dia, então, as nossas notas não caem em reconhecimento de dívida. Se caem, são pagas em janeiro ou em fevereiro, logo em seguida, porque foram notas de dezembro e aí, realmente, não tinha como. Isso gerou no mercado uma sensação de que “vamos baixar o preço”, porque a gente diminui o nosso risco de não pagamento, que a gente sabe que existe em outros órgãos públicos. Então as nossas atas de preço têm preços muito bons. Então, os outros setores da administração pública estão vindo à Defensoria para aderir nas nossas atas, coisa que nunca se imaginou. Então a gente conseguiu uma organização dentro do setor muito boa, capaz de gerar uma economia no preço, ter um preço mais próximo do mercado – é preço de mercado mesmo que é praticado –, porque o nosso risco é o mesmo risco de uma empresa privada. Então a gente conseguiu isso, e isso é muito

interessante, e isso está refletido também dentro dessa proposta da Tecnologia da Informação (TI). É uma proposta tão redonda, tão bem-feita, modéstia à parte, tão estruturada que vai servir de modelo para as outras Defensorias, para que possam... Porque o BNDES até tem dinheiro, tem toda a burocracia, mas a gente tem coirmãs que não têm a estrutura de pessoas e financeira de conseguir gerenciar um projeto do porte de um projeto para o BNDES. Então a gente tem trabalhado muito nesse sentido. Então, a questão da folha... Também, não adianta eu ter o projeto se eu não tenho as pessoas para tocar. E a gente sabe que um concurso para técnico superior não jurídico é um concurso muito mais difícil do que você fazer um concurso para técnico médio. Técnico médio, já existem empresas com essa expertise. Agora a gente fez um concurso para 50 vagas, divididas assim: um agrimensor, dois engenheiros, não sei quantos técnicos de...

G.M. – Informática?

M.L. – De informática. Mas aí você divide em rede, analista de sistema, banco de dados etc. E aí você tem que ter uma expertise para fazer esse tipo de concurso muito difícil, que a gente bancou. A gente resolveu, “vamos fazer”, porque eu preciso desses profissionais para poder ter essa... Eu não vou dizer autonomia financeira porque eu acho que a gente tem a autonomia financeira, mas para poder sonhar... para a gente poder rodar a folha, que, no final das contas, é uma grande... é um passo interessante, mas é um passo interessante politicamente. Praticamente, foi o que o doutor Nilson falou: a gente tem autonomia financeira, mas a gente não tem autonomia orçamentária. Eu não vou chegar no Orçamento e dizer “eu quero tantos milhões” e isso imediatamente vai ser dado. Isso tem que ser negociado com o Executivo, isso tem que ser negociado no Legislativo, eu tenho que indicar por que eu preciso de tudo isso, para isso passar. Quando você diz “eu posso comprar café, ao invés de comprar Nescau”, isso não é uma autonomia financeira. Eu digo, a gente gerencia, a gente compra e adquire da forma que a gente quer. Mas a questão orçamentária é outra. Aí já é uma discussão junto ao Executivo e junto ao Legislativo, já é discussão de planejamento. Eu, hoje, chego e digo: “Eu vou gastar tanto com material gráfico porque eu tenho tantos eventos ao longo do ano de 2015; eu vou gastar tanto em papel, porque a minha média histórica...”, porque a gente conseguiu fazer. Porque a gente chegou em 2011 e eu não sabia a média histórica de gasto de papel. “Quanto se gasta de papel ao ano?” “A gente não sabe.” “Isso tem uma média

histórica?” Então, qualquer planejamento, qualquer gestão só acontece com média histórica. E a gente conseguiu fazer essas médias. E aí consegue apontar e dizer: “O fundo não é suficiente para eu gastar, mais construir um imóvel, mais isso, mais aquilo”, que são os projetos que a gente tem. Ou: “A gente consegue fazer até aqui, mas, dali em diante, a gente precisa de um aporte orçamentário do Executivo”.

N.B. – Só quem tem fundo hoje é a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça tem orçamento apenas para pessoal, para o Tesouro, e nós, também, hoje, só temos orçamento para o Tesouro. Nós tivemos um aumento, como falei agora, em dezembro último, e nós tivemos um aporte financeiro de 13 milhões no nosso orçamento. Isso significa dizer que tivemos um aumento em dezembro que impactou mais 30 milhões na nossa folha e nós recebemos 13 [milhões]. Ora, de onde surgirá essa diferença? Essa diferença vem do próprio Executivo, através do seu remanejamento. Porque nós não temos iniciativa de lei. Vamos ter a partir de quarta-feira, pela Constituição da República e, rapidamente, aqui, pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Quando a gente tiver a iniciativa de lei, aí a gente vai falar em autonomia plena, porque aí eu posso mandar diretamente para o Legislativo a nossa proposta orçamentária e lutar por ela, e os duodécimos virão com muita tranquilidade. Agora, a gente, com o fundo, ninguém se mete. A gente faz o que quer e o que não quer com o fundo. Tanto é que a gente pegou um fundo deficitário, porque gastaram de forma equivocada, na nossa avaliação, ou seja, gastaram sem planejamento. Eu não digo nem gasto; empregaram recursos sem a qualificação. Hoje não se exige mais, em administração pública, apenas a honestidade; se exige honestidade, competência...

G.M. – Eficiência...

N.B. – ...eficiência. Isso é fundamental. Então, se a gente faz a coisa... Como falei, a gente já vai sinalizar a edificação do prédio em Campos. A gente não vai inaugurar Campos. A gente não vai. Mas a gente é institucional. Quem é institucional, pouco importa quem vai inaugurar. Mas a gente vai iniciar e, no meio do ano que vem, o próximo defensor geral, que não será o Nilson – porque já fui reconduzido, não posso ser reconduzido novamente... Então alguém vai inaugurar. É isso que a gente espera e precisa. Só que algumas pessoas confundem rodar a folha com autonomia financeira. E não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu posso rodar

a folha... O governador diz: “Eu não posso te dar aumento porque seu orçamento está limitado em X”. Isso é autonomia. Ele vai dizer: “O problema é seu. Você gastou além”. Ou, para obter qualquer tipo de aumento, eu tenho que ir à Alerj (Assembleia Legislativa) e negociar. Hoje eu negocio com o Executivo. Então, eu só vou mudar o negociador, o destinatário da negociação. Hoje eu negocio mais rapidamente com o Executivo; amanhã eu vou negociar com o Legislativo. Agora, o Legislativo também negocia com o Executivo. Ele também tem sua base lá. Se ele disser “olha só, para a Defensoria não vai”, não tem como ir. Então é um tripé, hoje – Executivo, Legislativo e Judiciário –, que a gente tem que trabalhar com muita tranquilidade. E eu ousou dizer que nós temos autonomia financeira, sim. Agora, estamos caminhando. Uma administração de 60 anos, uma Defensoria de 60 anos, a gente chegar nesse ponto, hoje, de dizer “vamos construir prédios, vamos conceder aumentos, vamos conceder auxílios”, de uma administração em que a gente está, hoje, diretamente ligado tanto com o Executivo quanto o Legislativo, conversando diretamente, isso nunca se viu na história institucional. Nunca se conversou tanto, nunca se negociou tanto como se negocia hoje, e com muito respeito, com muita independência e com muita autonomia. Agora, há muita coisa para ser conquistada. Porque, quando não se tem... É uma instituição nova. Das carreiras jurídicas é a mais nova. Porque o Judiciário é milenar; o Ministério Público, a mesma coisa, vem da França, com o modelo da França. A gente criou um modelo aqui, há 60 anos. Até 2000 a Defensoria não era conhecida. A gente tinha 300 defensores, até 2005.

T.M. – Hoje são quantos?

N.B. – Hoje nós temos 800 [defensores públicos] em atividade. É muita coisa. Então, hoje, a gente ganha... que não saia também, por favor, registrado, mas como ministro do Supremo Tribunal Federal. Um defensor do... É a única unidade da federação que ganha... E através de tratativas com o Executivo. É decreto do governador Sérgio Cabral, que nos erigiu à categoria de ministro do Supremo Tribunal Federal. Estamos em todas as instâncias, desde o Juizado, porque na Vara de Família, no Núcleo de Primeiro Atendimento, passa pelo juiz de primeiro grau; Tribunal; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal. Nós temos 11 defensores em Brasília defendendo os interesses dos nossos assistidos. Ou seja, é um bom negócio para o assistido, principalmente a classe média, que descobriu isso, e para a

Defensoria Pública. Porque nem sempre o advogado pode ir a Brasília. O advogado, para ir a Brasília, ele tem que pagar sua passagem, ir lá para fazer sustentação oral, conversar com os ministros. Temos dois colegas que moram em Brasília., fora os outros que vão semanalmente para defender os interesses dos nossos assistidos. Então é uma estrutura, hoje, extraordinária, que só foi possível com autonomia financeira.

M.L. – E os colegas acham que a autonomia financeira vai imediatamente criar outros benefícios. E não é. Eles esquecem que tem que passar por lei.

N.B. – Claro!

M.L. – Todos os outros benefícios que as outras carreiras recebem é por força de lei.

N.B. – Tem um SIGRH que foi criado pela Seplag, e isso aí incomodou muita gente, porque, na campanha inclusive para a Defensoria, muita gente levantou isso, que a gente teria aderido a esse modelo que foi implementado em todo o estado. Mas não havia alternativa, porque já em 2007 e 2009... em 2009, aliás, já estava sendo desenhado esse modelo. E eu não posso simplesmente falar: “Eu não quero entrar nesse sistema”. “Ah, não quer entrar nesse sistema? Tudo bem. Então toma aqui seu dinheiro e paga do jeito que você quiser”. Como é que eu vou pagar? Como é que eu vou fazer isso? Então, enquanto eu não criar a minha estrutura, eu tenho que seguir esse caminho. Só que às vezes há erro, e eu falo “está errado”, eles consertam na hora. E, se não consertar na hora, é mandado de segurança. É a única possibilidade que o defensor geral tem de ir a juízo em nome próprio. Eu posso impetrar o mandado de segurança para resguardar os interesses da categoria. Até hoje ainda não foi necessário. Impetraram... A Associação impetrou, agora recentemente, um mandado de segurança para rodar a folha. Só que não precisava disso. Para o desembargador dizer que a gente tem direito? Isso aí a gente já sabia. E o Executivo não falou que não vai dar a folha para a gente rodar. Agora, essa semana, o secretário de Planejamento falou: “Nilson, eu te agora a de maio, quer?”. Eu falei: “É claro que não!”. Se ele me dá agora, ninguém recebe, porque ele vai pegar o dinheiro, vai me dar e vai falar: “Paga aí”. E como é que eu vou pagar? Não tem como. Eu tenho que rodar contracheque, eu tenho que ver... É toda uma estrutura que eles têm e que a gente vem...

T.M. – Desenvolvendo.

N.B. – ...vem se assenhoreando dessa... A gente vem pegando uma carona, hoje, deles. Agora, é claro que a gente quer sair da instituição deixando tudo pronto, e eu tenho quase certeza absoluta que a gente vai conseguir pelo menos deixar a transição. Cem por cento... E eu sou... A gente não seria leviano de dizer: “A gente vai deixar tudo rodando”. Não. Acontecerão alguns ajustes. É aquela história de comprar televisão nova, “e o canal, qual é?”, “eu tenho que ver tudo direitinho aqui”.

G.M. – Ajustar a antena.

N.B. – Ajustar a antena, exatamente, é isso aí. Agora, o resto...

G.M. – Desculpa interromper. Fala um pouquinho para a gente da PEC 4, que foi aprovada recentemente no Senado Federal, como é que foi o trabalho dos bastidores da Defensoria Pública do Estado do Rio, que tem um pioneirismo grande. O senhor de fato pleiteou, ajudou na elaboração do texto, ajudou a estruturar essa PEC, e acho que é fundamental para dar um protagonismo ainda maior para a Defensoria.

N.B. – É verdade. Essa PEC foi de autoria, se minha memória não me trai, do deputado Molon, do deputado Mauro Benevides e do deputado Amauri Teixeira, da Bahia – Mauro Benevides, do Ceará, e Molon, aqui do Rio de Janeiro –, tão logo foi vetado o PLP 114, que inseria a Defensoria na Lei de Responsabilidade Fiscal e garantia 2% do orçamento do estado para pessoal da Defensoria Pública. E friso: o que também não garantiria recursos para a Defensoria Pública automaticamente. Significa dizer, em linhas gerais, que a Defensoria poderia gastar até 2% do orçamento bruto com pessoal. Acabei de ler agora no jornal que há uma margem – e uma larga margem – para o governo do estado, se quiser, usar aí mais de 30% do seu orçamento destinado para pessoal agora, sem problema algum. Só que há outros impactos também, e a gente tem que pensar nesse conjunto macro. Uma alternativa que surge para esses deputados foi a criação da PEC das Comarcas. O que significa isso? Um defensor em cada comarca. Qual o impacto para a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro?

Zero. Porque nós já temos um defensor em cada comarca. E aí vem a Defensoria Pública do Rio de Janeiro como paradigma para as demais Defensorias: “Olha, a Defensoria do Rio, um estado que é relativamente pequeno, 16 milhões de habitantes”, ou de eleitores, não tenho certeza absoluta. “Mas ninguém morreu. Eles ganham relativamente bem, os defensores; tem uma estrutura de servidores concursados, de cargos efetivos para concurso de 800 [defensores], mais 1.200 cedidos e extraquadros.” E começamos a trabalhar. A partir do momento que os deputados deram entrada na Câmara, trabalhamos. Porque nós também tivemos a ideia – a ideia pioneira e diria até visionária da nossa equipe – de criar uma coordenação, criar [uma Assessoria] para Assuntos Legislativos e Parlamentares. Então nós temos um defensor, hoje, exclusivamente para defender nossos interesses no Legislativo e para questões institucionais, seja no Judiciário, seja no Executivo, para ver os nossos projetos de lei junto ao governo do estado, no Tribunal de Justiça, qualquer problema que ocorra que envolva a Defensoria Pública. A gente trabalha de forma implacável. Isso nunca existiu. E a gente percebeu também que, na Constituição de 1988, a Defensoria Pública apareceu, pela primeira vez. Só que sem nada. Só disseram lá o seguinte: a Defensoria é função essencial de Justiça. O artigo 5º, inciso LXXIV diz que o Estado garantirá aos hipossuficientes econômicos assistência integral e gratuita. O Estado. Aí vai para o [artigo] 134, é a Defensoria Pública, garantindo ali autonomia financeira, independência... Está tranquilo. Só que os mesmos mecanismos que ela concedeu para o Ministério Público, ela não concedeu para a Defensoria Pública. Então houve um... A Defensoria já entrou capenga no sistema de Justiça – a magistratura, na crista da onda, e o Ministério Público, mais ou menos. Vem a Emenda 45, que cria, salvo engano, o Conselho Nacional do Ministério Público... Não sei se foi exatamente essa emenda. Quando criou o Conselho Nacional do Ministério Público, o então procurador geral da República, Fonteles...

G.M. – Cláudio Fonteles.

N.B. – ...Cláudio Fonteles, foi ao Congresso Nacional e começou a trabalhar, junto com os promotores e procuradores, a inserção, na sua Lei Orgânica... aliás, na Constituição, na parte do Ministério Público, a extensão do artigo 93 da Constituição. O artigo 93 tem vários incisos que concedem aos magistrados várias prerrogativas, que estendeu para o Ministério Público, como, por exemplo, iniciativa de lei e como paridade vencimental. Com essa PEC 247, que

começou na Câmara como 247, no final do ano passado, a gente começou a trabalhar e ali foi inserida, também, a extensão do [artigo] 93 para as Defensorias Públicas. O Joppert, que é o nosso assessor parlamentar, com vários defensores, eu, doutora Maria Luiza, nós fomos várias vezes a Brasília conversar com os parlamentares, junto com a Associação... e isso é fato, com as associações, principalmente a Associação Nacional, que trabalhou muito nessa questão à época, a doutora Patrícia Kettermann... Também não vem ao caso, eu vou falar principalmente do Rio de Janeiro. Nós nunca fomos a Brasília sem, pelo menos, quatro ou cinco defensores, para conversar com todos os parlamentares, não só da base do Rio, mas de outros estados também, para explicar, esclarecer a importância dessa PEC para a Defensoria Pública. O argumento principal foi: um defensor em cada comarca. Mas havia ali um interesse maior para nós, principalmente do Rio de Janeiro, que é a extensão do artigo 93 e, salvo engano, o [artigo] 96, também. O [artigo] 93, muito mais importante, por conta da iniciativa de lei aos defensores públicos. E garantia também... Ficou expresso ali que cabe à Defensoria Pública a defesa dos direitos humanos. Isso para nós é fundamental. Passada a PEC na Câmara, foi para o Senado. Segunda batalha. Oitenta e um senadores, conversando com todos eles. Semana retrasada foi votada em dois turnos e a gente conseguiu a aprovação, com a promulgação agora, na próxima quarta-feira. Estaremos lá também em bloco – pelo menos, seis ou sete defensores do estado do Rio de Janeiro e da administração, frise-se. Isso é muito importante. Porque nunca a administração foi tão efetiva na defesa dos seus interesses, mandando defensores para Brasília, mandando defensores para a Assembleia Legislativa para trabalhar assuntos de interesse da instituição. O que acontecia antes? Vamos ver. Então, nunca se pensou que as instituições, Ministério Público e magistratura, têm profissionais que estão ali trabalhando diretamente. Aí as pessoas falam: “Ah, a magistratura é muito forte”. É. Ela trabalhou para isso. “O Ministério Público é muito forte.” É. Ele trabalhou para isso. Agora, nas manifestações, vinha a PEC 37, que cassava, limitava o poder de investigação do Ministério Público, e o Ministério Público entrou nas manifestações. Cassaram a PEC 37. Ela não passou. Ou seja, o Ministério Público continuou com seu poder de investigação. E, se passa isso, ia dar um dano enorme ao Ministério Público, porque só os delegados... Haveria ali um empoderamento fortíssimo dos delegados. Ali, alguém cochilou, não sei exatamente quem, ou houve um incremento na luta dos procuradores e promotores de justiça, que entraram na linha da manifestação e conseguiram isso. E essa PEC 4, para nós, eu diria que, traçando um paralelo, mal comparando, uma comparação ilustrativa, seria conceder aí a

liberdade, o primeiro apartamento, o primeiro carro para o jovem que completa 18 anos. Ele passa a ter a liberdade plena. Porque, com 17 [anos], ele pode ir ao baile? Não pode, mas o pai acaba deixando. Ele pode ir para a festinha? Não pode, mas o pai acaba deixando. Porque o pai sempre deixa. Agora, com 18 anos, se ele disser “eu vou”, o pai não pode dizer “não vai”; ele tem a autonomia completa. Ele pode brigar com o pai, o pai pode falar “aqui você não mora mais”, mas ele pode. E o pai não pode mandar prendê-lo, o pai não pode dizer “você vai ficar aqui, e ponto final”. Com 17 [anos], o pai fala “você não sai daqui”, ele não vai sair. Então é isso, é a emancipação da Defensoria Pública. Agora, é claro, a gente vai ter que trabalhar com muita responsabilidade, sem pirotecnia, sem maluquice, porque a nossa principal preocupação é a gente não se afastar do nosso público-alvo. Acho que a gente vai passar a ter, daqui a cinco ou dez anos, uma estrutura extraordinária, eu não tenho a menor dúvida disso. A Defensoria é, hoje, a instituição do futuro, mas a gente tem que saber lidar com isso com muita tranquilidade, com muita maturidade, sem colocar o carro na frente dos bois e, principalmente, não ter experiências desastrosas. Vem aí, muito provavelmente, um controle, um organismo de controle externo, que é um Conselho Nacional da Defensoria Pública. Porque entrarão recursos nos cofres da Defensoria Pública. Então, quem é que vai controlar esses recursos? Quem é que vai controlar desmandos? Que é natural, quando há volume de recursos públicos. Isso aí é muito natural. E a gente tem que estar pronto, tem que estar preparado para isso. Porque eu não vejo aí um Conselho Nacional como um órgão repressor, um órgão de retaliação. Eu acho que o serviço público – a gente já conversa isso –, ele deve ser repensado sob o ponto de vista da eficiência. É isso que a população espera e é isso que a população precisa: saúde, educação, transporte, segurança, a Defensoria Pública, a magistratura, o Judiciário devem atuar com uma celeridade maior, o Ministério Público deve atuar com uma celeridade também maior. Então não há mais lugar para se desculpar ou para se dar a desculpa de que... “Ah, eu não tenho recursos, eu não tenho mecanismo”. Você vai ter. Vai ter seu prédio, vai atender as pessoas com todo o aparato. Hoje, você tem chegando videoconferência, carros, quer dizer, você tem transporte... Você tem tudo. Daqui a cinco anos, então, você vai ter absolutamente tudo. E qual vai ser a desculpa? Não vai ter desculpa.

T.M. – Pensando até essa emancipação da Defensoria, uma pergunta aí para os dois. Inclusive foram realizados dois concursos para defensor, o segundo vai começar agora, sem contar o de

servidores. Na opinião dos senhores, quais são as características que uma pessoa, para ser uma boa defensora pública, hoje, tem que ter?

N.B. – Em primeiro lugar, gostar do povo, gostar de atender, gostar de estar... e não ter muitos melindres com a população menos favorecida, porque você lida diretamente com a população em situação de rua e vai se deparar com um sujeito malcheiroso, com um sujeito malvestido, maltratado, e você tem que estar pronto. Porque você não é defensor apenas no órgão, você é defensor 24 horas por dia. Então você vai se deparar com algum tipo de agressão a um cidadão comum, principalmente o menos favorecido, a qualquer hora. Então, você está pegando o ônibus de madrugada, vindo de um restaurante ou de uma festa, aí tem alguém maltratando, um policial... Não digo nem policial, mas um louco qualquer batendo num mendigo, você vai deixar? “Não, eu não estou no meu horário.” Então, esse espírito deve nortear o defensor. Ele não pode pensar apenas na sua conta bancária. Ele tem que pensar na sua conta bancária, sim, ele tem que ter uma estrutura boa para trabalhar e defender, tem que estar cada vez mais forte, aparelhado, mas deve, principalmente, pensar em defender. Porque a palavra já está a dizer: ele é defensor, ele é o super-herói daquela pessoa, e eu acho que é assim que ele deve se comportar, independentemente da coloração política, da cor da pele, se o sujeito é bonito, se é feio, se está malcheiroso, se está malvestido, da postura sexual da pessoa. Lia ontem, também, alguém dizendo: ser homossexual... Um casal, duas mulheres que vivem há 70 anos... E uma foto linda. Setenta anos. E você não pode ter esse pré-conceito de “eu acho isso”. Você não tem que achar nada. Defensor não tem que achar. Ele não tem que procurar e não tem que achar. Porque na medida em que ele começa a achar, ele começa a enveredar por caminhos de... “Eu não gosto desse governador porque ele é de direita.” Ele não tem que achar isso. Ele tem que trabalhar para o pobre e ponto final, sem enveredar em questões políticas e em questões ideológicas.

M.L. – Eu acho que, para ser defensor, ele tem que querer resolver o problema.

N.B. – Tem sim.

M.L. – Ele tem que querer resolver o problema. E o mais interessante é que está... Tem que vir uma garotada nova, com uma mentalidade...

N.B. – Ou não. Pode vir... Até 70 anos pode fazer concurso. [risos] Já está excluindo?

M.L. – Não, mas com uma mentalidade diferente, do direito. Quando eu entrei na faculdade – eu não vou dizer quando porque eu não vou te dizer minha idade jamais, em tempo algum, de jeito nenhum –, quando eu entrei, você ainda vivia num direito civil muito clássico, em que a propriedade era muito valorizada, em que...

G.M. – Conservador, não é?

M.L. – Era muito clássico. Era uma coisa muito... lá da Itália, aquela coisa... E a gente, hoje, tem um novo direito, e a gente sabe disso, a gente tem uma mediação, você tem soluções alternativas para questões penais, você tem soluções alternativas para questões de grande porte, fora do Judiciário. Eu particularmente entendo que o modelo, hoje, do sistema de Justiça é um modelo que está ultrapassado, é um modelo que tem que ser revisto, é um modelo que tem que ser reanalisado, e têm que ser pessoas novas. Eu acho que tem que ser gente com uma nova mentalidade, com uma mentalidade criativa, pessoas com uma inteligência emocional muito afluada, numa busca muito grande da solução do problema. Às vezes, até fora do campo judicial, mas dentro do campo jurídico, dentro da legalidade, mas fora do processo judicial, fora da questão... E brigar por isso. Porque é muito fácil para nós, defensores, fazermos uma inicial. É a coisa mais fácil que tem. Uma inicial, uma contestação ou um recurso, a gente faz isso com o pé nas costas; o difícil, o complicado é você, através de outras práticas, dentro do direito – volto a dizer, não são práticas sociológicas, antropológicas; são práticas dentro do direito –, você conseguir mudar uma realidade social daquele pequeno setor e isso reverberar para uma sociedade com uma dimensão maior. Por isso que é muito importante... Por incrível que pareça, eu digo que estar no interior, para o defensor, é muito importante, porque ali o campo é muito fértil, o campo de atuação, porque você tem uma demanda mais específica, você tem um conhecimento da sociedade maior, da comunidade local. E trabalhar como agente político transformador ali exige, necessariamente, uma vontade de solucionar problema e uma criatividade e uma inteligência emocional mais aguçada.

T.M. – É a humanização do direito, também, não só da Defensoria.

N.B. – Isso. A gente tem que afastar, na minha avaliação, essa questão da defesa de tese. A gente tem que sair do mundo teórico. Porque defender tese é muito bonito, realizar uma petição inicial de 40 laudas, poxa, é ótimo! Você bota no quadro, é maravilhoso! Como em sentença: têm sentenças de laudas. E, salvo engano, Marinoni fala muito interessante, ele diz que “o juiz que não julga é tão nocivo quanto o juiz que julga mal”. E é isso. O defensor que não atua rapidamente para solucionar o problema é tão nocivo quanto aquele defensor que não atua, que defende tese. Então é isso. O miserável quer, efetivamente, receber a sua pensão de alimentos, seus alimentos, ele quer a solução da sua casa. A casa está caindo, a gente vai discutir questões ideológicas, se ali tem que ter uma reurbanização? Se eu tenho um apartamento pronto para ele ali, é perguntar para ele: “Você quer ir para aquele apartamento ou você quer ficar aqui lutando e resistindo?”. Essa história de resistência é muito ótima no papel, é muito interessante sob o ponto de vista acadêmico. Isso é lindo. Agora, o que a pessoa quer? Eu tenho uma ação contra o estado de uma senhora que ficou presa 14 dias. Essa ação foi movida em 2004. A gente está em 2014 e ela ainda não viu a cor desse dinheiro. Ela ganhou em todas as instâncias, inclusive no Supremo Tribunal Federal, Maria Aparecida Ventura Fernandes. Eu acompanho, eu monitoro ainda hoje. Não resolveu. E aí eu tenho um caso Cláudia que aconteceu no dia 16 de março e a família já recebeu. Isso é uma dicotomia absurda. Por que um recebe em 30 dias e o outro tem 10 anos e não recebeu? Por quê? Porque hoje há uma mudança na característica. Quando a Maria Luiza fala que a gente precisa de gente nova, eu prefiro dizer que a gente precisa de gente com vigor – independentemente de ser nova ou não – para solucionar a questão. Aquela maturidade que a gente precisa para que a gente deixe a vaidade de lado... O defensor não pode ser vaidoso. A vaidade tem que ser, na minha avaliação – eu posso estar equivocado –, no sentido de solucionar o conflito rapidamente. É isso que o sujeito quer. Ninguém aguenta mais litigar. Eu não aguento. Acho que é um consenso, não é? Ninguém quer brigar. A gente quer o resultado. Qual é o resultado?

G.M. – Eu lembro que o Durkheim falava que muito saber e pouco produzir tem um quê de antissocial.

N.B. – Exatamente. É isso aí.

M.L. – É verdade.

G.M. – Eu acho que isso vai bem ao encontro do que o senhor tinha escrito há dois meses atrás, no artigo “Defensoria de portas abertas”, o editorial. Acho que, se o senhor puder, talvez, comentar um pouco sobre essas perspectivas, esses desafios que o senhor de fato vivenciou na sua gestão e, também, o que o senhor acha que é o legado da Defensoria, quais são os desafios que estão no caminho e que precisam, de alguma maneira, ser pensados.

N.B. – É um novo momento que a Defensoria Pública vive. Ela foi descoberta, ou redescoberta. E aqui eu quero deixar bem claro: sem qualquer ataque a gestões anteriores. Tem o Roberto Vitagliano que foi defensor até 1998 e que nos deu posse, que é um amigo querido, eu teço vários elogios, que viveu um momento muito difícil, em ele era secretário de Estado – ele não era considerado chefe institucional; era secretário de Estado. A Defensoria não tinha autonomia, mesmo. Então ele era nomeado pelo governador e poderia ser a qualquer momento destituído pelo governador. Então, numa festa, eu falava... Ele... “Poxa! Você vem falar comigo. Muita gente me hostiliza.” E eu falava para ele: “Chefe, você administrou pessoas; hoje se administra dinheiro”. Administrar pessoas é muito difícil. Sem recursos, mais difícil ainda, sem autonomia, sem independência, sem poder chegar e bater na mesa, “eu preciso disso”, com firmeza. Hoje a gente pode fazer isso. Então, quando eu falo Defensoria de portas abertas, é porque qualquer pessoa pode chegar, por qualquer mecanismo, aos defensores, a todos os defensores, inclusive à chefia institucional, que tem a obrigação de atender a qualquer um, para qualquer coisa. Hoje me mandam... Eu tenho Facebook, então eu recebo mensagem das mais variadas, das mais inusitadas.

G.M. – Imagino!

N.B. – E aí vou encaminhando para os setores correspondentes. Algumas eu respondo; outras não têm nem respostas para dar. Mas é exatamente isso, a gente está muito próximo da população. Então, quando me abordam na rua, “doutor, meu processo”, “doutor, preciso disso”... Até emprego: “Doutor, eu quero um emprego”. “Tem que fazer concurso.” “Tem

extraquadro?” “Manda o currículo lá para a Defensoria Pública.” Hoje, para que vocês tenham ideia, a gente emprega sem saber de onde são as pessoas. Essas três pessoas que estão aqui comigo me acompanhando, uma é concursada, a Valéria, e a gente selecionou numa reunião com vários concursados, e a gente questionou, perguntou qual era a capacidade de cada um, qual era a qualidade, a qualificação de cada um. “Eu sou jornalista.” “Então eu quero você. Vem para cá.” Uma outra, também, que saiu, a Letícia, foi para uma outra instituição... “Venha para cá também”. Então, quando o... Jefferson, não é?

Participante – Isso.

N.B. – [Quando o Jefferson] foi entrevistado, eu não conhecia o Jefferson. Não conhecia. Então os setores funcionaram com muita tranquilidade. O Erick, também, a mesma coisa. E lá na frente a gente descobre... “Poxa, ele foi fuzileiro e eu também”. Aí tem uma afinidade. Eu falei: “Poxa, que legal!”. Então a gente tem orgulho de dizer que a gente não tem parente na administração, que era uma constante. A gente acabou com o nepotismo na Defensoria Pública. Imaginem o quanto a gente não apanhou. Você chegar na administração, no primeiro mês, e dizer: “Não vai ter auxílio-alimentação para ninguém mais, só para os servidores”... Porque não tem o menor sentido, quem está na administração, como se estivesse fazendo um grande favor. Eu não estou fazendo grande favor nenhum; eu vim para a luta, para organizar, para tentar organizar a instituição e abrir as portas para o povo. E têm alguns que falam: “Ah, tem que ter Ouvidoria externa, para que um ouvidor externo traga para nós as agruras, as inquietações da população”. Ora, eu sou defensor. Tem alguém mais preparado para ouvir isso do que eu? De pobre eu entendo. De onde eu vim e aonde eu cheguei... Me desculpe, não vai ser um ouvidor que vai de repente ser indicado por ser classe média, um sociólogo, um psicólogo, um assistente social que morou, talvez, a vida toda do lado de cá da ponte, que vai dizer quais são as mazelas da Defensoria. Eu já sei, já posso dizer para vocês: o orçamento; preciso de mais defensores; preciso de mais servidores; e preciso de pelo menos mais 100 milhões de reais por ano, para eu construir uma sede em cada comarca. Eu já sei. E aí depois eu vou cobrar, através da Corregedoria... o corregedor vai cobrar a eficiência do defensor, se não puder atender. Agora, trazer alguém para criticar o meu defensor, que está trabalhando igual louco, leva trabalho para casa, faz dois ou três júris por semana e absolve duas ou três vezes por semana... Têm deputados que querem a assistência da Defensoria Pública, por

reconhecerem a sua excelência. Aí vai vir alguém dizer: “Não, porque o defensor chegou 11 horas”. Eu sei. É porque ele saiu do júri duas horas da manhã. Então, ele tem que dormir, ele tem família, então ele vai chegar um pouco mais tarde. E às vezes ele tem que dividir a sala com outro, então, um atende de manhã e outro de tarde. Não preciso de alguém de fora para me dizer isso. Eu preciso, sim, de pessoas que nos ajudem... E essa figura da Ouvidoria, que é, aqui na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, muito tranquila para nós... Oitenta por cento é contra a Ouvidoria externa, exatamente por conta disso, porque o modelo é do *ombudsman*, daquele agente da empresa que tem o contato direto com o cliente para ver quais são as reclamações e trazer para que a diretoria ou a presidência solucione essas questões. Então, nada melhor do que alguém que conheça. E nosso ouvidor, hoje, é uma defensora aposentada, com o espírito de defensora. E a história... Vou contar rapidamente como nós trouxemos. Tem até aqui a...

G.M. – Doutora Darci...

T.M. – Nós vamos entrevistá-la hoje à tarde.

N.B. – Darci Burlandi.

G.M. – ...Burlandi, não é?

N.B. – É até interessante, para que ela conte essa passagem.

T.M. – A gente pode ficar com esse material?

N.B. – Claro! Eu trouxe para vocês.

T.M. – É? Que ótimo!

N.B. – Ela estava em Botafogo... na Cobal do Humaitá, ela com a filha, me parece, e aí um grupo... duas ou três pessoas abordaram duas... a senhora e a filha, vendendo canetas, o que é comum. E aí ela chegou na velhinha e falou: “Eles estão importunando a senhora?”. E ela...

“Não. Estão vendendo uma caneta aqui.” “Mas obrigaram a senhora a comprar?” Não sei se comprou ou se deixou de comprar. Ela... “Essa caneta é uma caneta vagabunda. Toma aqui minha caneta da Defensoria. Eu sou defensora pública.” E a pessoa era a Cora Rónai e, no final das contas, acabou fazendo uma crônica.

M.L. – Foi uma crônica naquela página de trás...

T.M. – Do [jornal] *O Globo*.

N.B. – É. E a gente homenageou a Darci, é óbvio, colocando... no dia da entrega desse mapa de gestão estratégica. E logo em seguida a gente a convidou para trabalhar conosco. Não como ouvidora. A gente falou: “Você está muito nova”. E ela, você vai ver, é uma figuraça. Ela vai falar que todo mundo manda lá, menos eu. É uma figuraça. É divertidíssima. Só que é implacável. Ela não parece a idade que tem. Tem o vigor... E daí eu fazer o reparo aqui, ou a inserção... Reparo não, mas a inserção de que tem uma galera mais velha, mais experiente que a gente não pode abrir mão, porque ela deu um jeito na Informática, que era uma desorganização total. Hoje, para que vocês tenham uma ideia, as nossas reuniões – todas elas – são transmitidas *on-line* para todos os defensores. O colega, de qualquer lugar do mundo, ele acompanha as nossas reuniões. A transparência, na nossa gestão, é uma coisa absurda, chega a dar raiva para a oposição, para quem não gosta do que a gente faz, porque fica tudo muito claro, do que a gente faz, do nosso comportamento. As contas são todas postas no *site*. Tudo de forma muito tranquila, graças à colaboração da Darci. E, é claro, candidata à ouvidora, foi a segunda mais votada e eu não pestanejei e, na hora, finalizada a votação, indiquei-a imediatamente. Recebi algumas críticas naquela semana; hoje, ninguém se lembra do processo eleitoral, exatamente por conta da eficiência dela. Talvez seja, hoje, sem sombra de dúvida, a melhor ouvidora geral da Defensoria Pública do Brasil, eu não tenho a menor dúvida disso, porque ela vai se metendo em todos os lugares – até onde ela não tem que se meter, ela se mete –, mas sempre com uma finalidade. Ela é institucional. É a única ouvidora que vai para Brasília lutar conosco pelos interesses da Defensoria Pública. E ela diz: “Estou na zona de conforto, eu sou aposentada, ninguém pode fazer absolutamente nada comigo”. Era só ela, de repente, pendurar o blazerzinho dela, ficar quieta e tranquila. Não, ela vai, ela procura trabalho, entra lá no meu gabinete...

M.L. – E se alguém disser assim: “Não, porque a ouvidora, a Defensoria, é um corporativismo”. Acho que ela briga mais com a gente, ela cobra mais posições, cobra mais postura, cobra mais medidas do que talvez algum ouvidor externo.

N.B. – “O fulano não fez isso!” “Mas não fez porque está doente, Darci. Calma. Menos.” “E fulana me desrespeitou. Vamos fazer...” “Calma, Darci. Menos.” Vai a todas as reuniões comunitárias, e está arrumando agora um casamento comunitário na Catedral. Meu Deus do céu! [risos]

M.L. – É, ela é briguenta.

N.B. – E quer projetar o nome institucional. É mais uma para somar. Então, isso é maravilhoso!

T.M. – Doutor Nilson, eu tenho uma pergunta, se o senhor me permitir uma indiscrição, mas acho que é uma pergunta necessária.

N.B. – Claro!

T.M. – Eu gostaria de saber, no seu cargo, na sua posição de defensor geral, o que é mais difícil em ser o defensor geral?

M.L. – Ah! Lidar comigo. [risos]

N.B. – O mais difícil é trabalhar as vaidades. O mais difícil é isso. O mais difícil é trabalhar as vaidades. São muitas vaidades que a gente tem que compor ao mesmo tempo. Têm muitos colegas, e falo aqui com muita tranquilidade, que surgem com os mais diversos problemas. Na sua grande maioria, eu diria com muita tranquilidade que entendeu a nossa proposta, apoiou e apoia, ainda hoje. Chega a ser assustador, no final de mandato, faltam seis meses para a gente deixar a administração, e a gente recebe mensagem de carinho e já há colegas dizendo que vão sentir saudade da nossa administração, pela forma com que a gente atuou.

Mas há um ou outro que, de certa forma, queria administrar no nosso lugar e a gente não permitiu. Há um ou outro pedido, há uma ou outra solicitação que a gente entende que seria um ponto fora da curva e que a gente diz não. E a gente diz não sem qualquer pudor, sem qualquer vergonha, por entender que o caminho que a gente seguiu... E a gente semana passada falava isso, a gente vai entregar a administração com praticamente 100%... Praticamente, porque falta ainda uma sinalização do governo do estado sobre alguns pleitos nossos. Se o governador Pezão entender por aceitar algumas reivindicações nossas, eu diria que a gente vai cumprir 100% da nossa proposta de gestão. Então, isso é inédito, eu acho que no Brasil. Pegar a Defensoria onde a gente pegou, da forma que pegou, organizar e entregar do jeito que a gente vai entregar é extraordinário. Mas você tem que lidar com vaidades. Têm coisas que os colegas entre aspas reclamam, sabendo que não têm razão, mas você tem que ter muita paciência, muita tranquilidade para dizer não, até para não magoar o colega. Então, isso é mais cansativo. Agora, lutar pela instituição é maravilhoso. Isso é...

T.M. – Isso que eu ia perguntar, e o lado prazeroso?

N.B. – É o mais prazeroso. Então, isso acaba neutralizando um ou outro problema pontual que você tenha. Às vezes você tem que chegar para o colega e falar “colega, não dá”, e aí ele sai teu inimigo. Mas eu tenho certeza absoluta, não tenho dúvida de que a história contará o que nós fizemos e o colega vai cair em si lá e, ainda que magoado num primeiro momento, ele vai falar: “É, ele tinha que ter feito isso”. Como a gente já ouve, já escuta isso, “Nilson, aquele não que você me deu, você estava certo”. E têm outros que falam: “Nilson, eu sabia que você ia me dar não, mas não custava nada tentar. E vai que você me concedesse”.

T.M. – Vai que cola.

N.B. – Só que, se eu conceder para um, tem que conceder para todo mundo. Essa é a nossa máxima. Na nossa administração não tem figura de perseguição. E a gente erra. Se disser para você... “O Nilson é absoluto. Ele é o metido.” Não, a gente erra. E erra muito. Porque quem trabalha muito erra muito. Mas sempre procurando acertar. Então, a gente administra para todos. E a gente reclama, cobra, e cobra de forma implacável, a equipe está aí, que não me deixa mentir. E vão chegar lá e, é óbvio, vão falar: “Na entrevista lá, ele falou que passa a

mão na cabeça de todo mundo”. E não... A gente acabou de fazer um evento agora no Municipal que foi extraordinário, foi um marco para a instituição. Depois vamos mandar as fotos para vocês.

T.M. – Nós queremos. Nós vimos o convite.

N.B. – Extraordinário. Foi uma coisa histórica. Mas a gente viu defeitos. Muita gente não viu, e a gente viu e foi pontuando para cada um onde errou: “Olha, isso aqui...”. Mas não foi por uma coisa de... “O cara não está satisfeito com nada!”. Não. Foi sensacional. Só que a gente pode aperfeiçoar aquilo ali. Porque eu vou sair, a Maria Luiza vai sair, quem for ficar pode sair também, só que, se sair, vai para qualquer outro lugar e vai ser muito bem empregado, porque o que a gente fez, do jeito que fez, com o profissionalismo que a gente fez... Eu falava da Aimée, que é a diretora de Recursos Humanos, essa menina está pronta para qualquer lugar. O secretário José Netto, do financeiro, o cara é extraordinário, o cara... Ele diz não para mim. Eu tenho dificuldade para comprar alguma coisa, eu tenho dificuldade, porque ele diz: “Não tem dinheiro”. Eu falo: “Cara, eu sou o defensor geral!” Esse cara é... Nossa Senhora! É difícil. Mas aí você para... Eu tenho que ter um cara assim, um cara que diga não, inclusive, com coragem para... “Não vai dar. Se você fizer isso, você vai para o abismo”. Para construir o prédio de Duque de Caxias foi um... “Cara, a gente tem que construir, senão...” Porque o economista, quem trabalha com o recurso, ele tem essa coisa do... “Vamos botar dinheiro no caixa.” Não, esse dinheiro é para gastar. E hoje ele entende muito bem as nossas dificuldades, mas ele é implacável no controle das nossas contas. Hoje nós temos um controle que nós nunca tivemos, na história da Defensoria. Isso é muito prazeroso. Isso é maravilhoso.

M.L. – O grande barato é saber que a gente conseguiu mudar um pouquinho...

N.B. – Muito.

M.L. – ...melhorar um pouquinho e que isso vai se refletir... E isso a gente não tem a menor dúvida: isso não se reflete só na minha instituição, para cada um dos defensores individualmente, mas isso reflete para fora, para o estado, para a população, um serviço de melhor qualidade, uma Defensoria mais bem aparelhada, mais garantidora dos seus direitos.

Então, essa sensação... A gente brinca, dizendo assim: “O nosso lugarzinho no céu já está quase garantido”.

T.M. – E, assim, pergunta de balanço, mesmo. Duas coisas que eu acho que... Primeiro é: a instituição, 60 anos, a contar de 1954. Na avaliação de vocês – pergunta difícil, essa –, qual foi a principal conquista da instituição?

M.L. – Nesses 60 anos ou na nossa administração?

T.M. – Nesses 60 anos. Queria ampliar um pouquinho.

M.L. – Eu, a credibilidade da instituição junto à população.

N.B. – Eu acho que a principal conquista foi reunir os defensores, a união dos defensores – apesar, é óbvio, de disputas políticas internas –, em que manteve... a gente conseguir manter 800 defensores. Eu acho que foi a principal conquista. Porque num dado momento em que você via... defensores saindo da carreira com a autoestima lá embaixo e, 60 anos depois, você não ver evasão. Ninguém sai. Ainda que, das quatro carreiras jurídicas, seja... tenha o menor orçamento. Essa autoestima, esse retorno da autoestima do colega, eu acho que foi a principal conquista e fez com que a gente chegasse aonde a gente chega hoje, com o coroamento ou a coroação da autonomia da Defensoria Pública efetiva, com a PEC 4, que a gente promulga depois de amanhã. Acho que foi a principal. Acho que cada um veio colocando seu tijolinho – uns, mais rápidos; um deu uma trapalhada aqui; outro, ali –, sempre tentando fazer o melhor, eu não tenho a menor dúvida disso. Mas eu acho que chegar nessa fase, 60 anos depois, olhar para trás e ver que a gente conseguiu 800 defensores, 800 servidores concursados, mais servidores que não querem sair de jeito nenhum da instituição, e gente querendo entrar, ver que a gente construiu uma liderança nacional... Até a gente chegar, o Rio de Janeiro estava esquecido. A gente retomou essa liderança no Brasil. Não se faz hoje nada, sem falsa modéstia, sem conversar com o Rio de Janeiro. Então, ver que a gente se tornou referência é... Foi a principal conquista, não só da nossa administração, mas de todos os ex-defensores gerais. Acho que eles estão todos de parabéns. Por isso que a gente fez questão de fazer essa festa no Municipal, à altura, para demonstrar a envergadura da Defensoria Pública

do Estado do Rio de Janeiro, que é a melhor e maior do mundo. Não tem nada parecido com o que a gente faz, no mundo. Você vai aos Estados Unidos, você [só] vai ter defensor na área criminal; você vai a Portugal, você não vai ver defensor. Então... Eu assistia ontem esse rapaz dos Estados Unidos que deixou vaziar informações de internet e ele dizia: “Eu não retorno por quê? Porque eu sei que eu não terei um julgamento justo”. Aqui no Brasil, a gente tem certeza que teremos defensores públicos, principalmente no Rio de Janeiro, para proporcionar um julgamento... A declaração dele, para mim, foi muito impactante. Eu faço parte de uma instituição que, independentemente de qualquer coisa, se o sujeito vai ser absolvido ou não, se há injustiça ou não, eu sei que eu tenho 800 colegas que dão o sangue para fazer a defesa pública com qualidade. Isso é maravilhoso.

T.M. – Para o senhor, o que significa ser defensor público?

N.B. – É um estilo de vida. Eu já me perguntei isso algumas vezes, eu não conseguiria fazer outra coisa a não ser defensor público. Eu seria defensor público, hoje, em qualquer lugar que eu vá. Eu vou levar isso para o resto da minha vida, ainda que saia daqui a pouco aposentado, como a Darci. Eu sou e vou ser sempre defensor público. Não consigo me ver fora disso, de ajudar, de combater. Eu tenho a honra de dizer, ou o desprazer de dizer que eu sou talvez o único defensor público que tenha ajuizado uma ação contra o estado por falha de um defensor. Então é isso. Ser defensor público é ser destemido, em favor de alguém menos favorecido que eu não conhecia. **Uma é essa** que ficou 14 dias presa. Então, ser defensor público é isso, é um estilo de vida, é uma questão de vida, e não é só sobrevivência. Então é um misto.

G.M. – É um sacerdócio.

N.B. – É um sacerdócio.

G.M. – Bacana.

T.M. – Sobre o nosso projeto, você não quer perguntar?

G.M. – Ah, é. Acho que a pergunta final aqui é: qual que é a importância do projeto de memória e história da Defensoria para o senhor? Em que o senhor de fato avalia que esse projeto tenha contribuído de fato para preservar a história e a memória da instituição?

N.B. – Acho que é o melhor projeto da nossa gestão. Acho que vai ser o grande feito... A gente fez muita coisa, tem muita coisa que eu gosto muito, desde o Espaço Defensor, em que a gente gastou 18 mil reais, em que o defensor vai lá e tem o seu espaço; o consultório dentário para o servidor; os critérios objetivos; movimentar 621 órgãos. Tudo é muito lindo. Só que nada disso vai ficar, como vai ficar a memória institucional. Daqui a 100 anos, os nossos colegas – com certeza, não conhecerei – vão saber o que foi a Defensoria Pública desde seu início. E a gente estava quase perdendo isso. Muitos deles já estão muito velhinhos, muito velhinhos. E vão saber o que aconteceu com o Omar Marinho, com o Fontenelle, com Célio Erthal, Humberto Peña, Maria Luiza, Nilson Bruno, Marcelo Bustamante. Então eu acho que isso é história, e um povo sem história não é um povo. E a gente traz muito dos índios, em que se respeita muito os mais antigos e o pajé é o mais velho, o mais antigo. Se a gente quer um país desenvolvido, a gente tem que ter história. E a gente não vê isso, a gente não percebe isso no nosso país. Hoje, um sujeito renuncia ao mandato por uma série de fatores e, no mandato seguinte, o sujeito é eleito e aclamado. E eu acho que o nosso processo, essa memória institucional, ela serve exatamente para isso, para registrar uma história que, se a gente não registrar, vai se perder e daqui a pouco vão se esquecer de como tudo se deu, tudo aconteceu. Para mim, é o principal projeto da nossa administração, por isso tanto empenho, tanto carinho, tanta dedicação.

G.M. – Que responsabilidade a nossa!

T.M. – Pois é. Fiquei até tensa. [risos] Doutor Nilson, o senhor falou de colegas. Tem algum outro que o senhor gostaria de citar como importante na sua carreira como defensor, além do doutor Omar, doutor Fontenelle, doutor Erthal – estou até com medo de esquecer alguém –, do doutor Humberto Peña?

G.M. – Doutora Maria Luiza.

N.B. – Ah, têm muitos. Tem um pessoal novo. Têm jovens valores novos. Eu posso dizer melhor com os que eu convivo, com os que eu convivi: Maria Luiza, Fábio Brasil, Daniele Nogueira, Daniele Sambugaro. São colegas que trabalham comigo na administração. Fora da administração tem uma pessoa que eu gosto muito, que se chama Beatrice Merten, que é engraçadíssima – ela é do concurso de 2006 –, também um jovem valor. Ela tem uma foto emblemática, em que ela, me parece que aguardava uma audiência e, não sei se não havia lugar para ela esperar, ela abriu a mala do carro e estava despachando, na mala do carro, vários processos. Para mim, é uma foto emblemática. E que é defensora de carteirinha. É uma pessoa que critica, bate forte, mas é muito justa, muito leal nas suas posições. Então ela, como jovem, ela seria uma pessoa que eu vou levar, e não é da administração. Fico muito à vontade para falar, não é da administração, não foi minha eleitora na minha primeira gestão, mas hoje é uma entusiasta do processo que a gente vive hoje, que é de transparência, de lealdade, de isonomia. Maria Luiza, eu sou suspeito para falar, porque é meu braço direito. Sem ela... Já sinalizou algumas vezes, “eu quero sair, eu quero sair”. “Se você sair, eu renuncio, porque aí fica inviável de a gente fazer.” Porque a Maria Luiza, vou falar rápido, também, quando ela entrou, ela apanhou muito, apanhou muito, porque foi muito dura, foi muito implacável, e hoje continua da mesma forma. E as pessoas dizem: “Você tinha que fazer tudo que você fez”. Só que as pessoas pensavam que nós fôssemos fazer tudo que nós fizemos só com alguns, e nós fizemos para todos. Então, hoje, o sentimento que paira é: “Maria Luiza, você não vai suceder o Nilson?”. E ela já disse: “Não, eu não quero. Eu não sou política. Eu quero viver a minha vida, voltar à minha vida normal”. Ela compreendeu muito bem o que a gente idealizou. Ela me corrigiu inclusive, essa semana agora, Eu falei “por três anos e meio”, e ela falou: “Não, quatro anos e meio, porque você esqueceu a Associação e o Conselho Superior”. Eu falei: “É verdade”. A gente vem nessa batida há quatro anos e meio. Então, para mim, é uma liderança, uma capacidade extraordinária, que conseguiu, como poucos defensores, ser amiga, como nós somos hoje, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos chefes de estado, o governador, o presidente do Tribunal, presidente do Tribunal de Contas do estado e do município. Poucas pessoas conseguem isso. Nenhuma administração conseguiu fazer essa integração que nós fizemos hoje. E essa parceria nossa foi... Eu, mais atirado, e ela, mais calma, mais técnica. Então foi o político com o técnico. Então é uma pessoa, também, para mim, de um valor inestimável, uma amizade que a gente leva, com certeza absoluta, para o

resto da vida. Então, essas pessoas são, sem sombra de dúvida... vão ficar aí para a história institucional, também, como uma equipe... O Ramon Joppert, que é um sujeito... que é o nosso assessor parlamentar, é duro, chato, implacável, “Nilson, tem que fazer, tem que fazer”. Então, fica às vezes baratinado. “Tem que fazer. Vamos fazer.” E muita coisa que a gente conseguiu foi por conta dessa coisa do ímpeto dele. Chega agora para nós Clara Prazeres, que é a coordenadora do Núcleo da Mulher. Não dá para citar todo mundo, mas ela é outra que fecha os olhos e diz: “Confio em vocês”. Então, você ouvir isso de uma pessoa que é culta, estudou nos melhores colégios, fala vários idiomas e está conosco com o ideal apenas e tão somente de defender a instituição, de fazer ela crescer, como Francisco Horta, Alexandre Angeli, que são jovens valores... É muito orgulho e muito prazeroso ter essas pessoas como defensores públicos. Eu me sinto muito orgulhoso de representar... Você falou: “O que você acha de ser defensor geral?”. E eu digo: o primeiro defensor público geral negro do estado; o único defensor público geral negro do país; administrando – e com o êxito comprovado nas urnas, porque duas vezes eleito – a melhor instituição... a melhor Defensoria Pública do mundo. Só Obama.

T.M. – [riso] Bacana. Tem alguma coisa que vocês queiram acrescentar? Acho que a gente cobriu bastante, mas, de repente, tem alguma coisa que vocês queiram falar e que a gente acabou não abordando. Tem? Fiquem à vontade também.

N.B. – Eu só acrescentaria a liberdade com que os Núcleos Especializados, apesar da titularização... A titularização foi um receio de gestores anteriores, de que poderia gerar um certo desconforto em relação ao poder público: entrar com uma ação contra o governo e, de repente, melindrar os administradores. Nós apostamos. E não tivemos nenhum problema com isso. Vários constrangimentos surgiram, mas nenhum a ponto de impactar a credibilidade da Defensoria Pública, do chefe institucional. Nenhum. Foi zero. Muito pelo contrário, aumentou a credibilidade, a ponto de a gente hoje ter essa empatia e confiança deles, sabendo que, quando a gente faz, é porque é necessário. Tem que fazer sem medo. Então, trabalhar com liberdade e proporcionar liberdade aos colegas para que eles façam o melhor para a população, sem medo, porque hoje são titulares, isso não tem preço. E a gente proporciona isso. Então é uma... mais uma felicidade extraordinária.

T.M. – Doutora Maria Luiza, alguma coisa?

M.L. – Não. É só assim... A gente... Quatro anos e meio de muita luta e sempre pensando na instituição. A ideia desse grupo é uma ideia de a gente... Quando a gente veio, quando a gente pensou em campanha etc., a gente pensou: “Vamos blindar a Defensoria Pública”, porque ela estava... A gente sentia que era um momento muito delicado, porque era um momento em que a gente estava aprendendo a lidar com dinheiro, a gerir dinheiro, ao mesmo tempo que a gente tinha que aprender a gerir pessoas com dinheiro. Porque gerir pessoas sem dinheiro é de um jeito e gerir pessoas com dinheiro é de um outro jeito. E a gente entendeu que esse momento... Isso tinha que acontecer. Eu brinco, dizendo que o Universo conspira a favor. E acho que foi muito isso. Além de muito trabalho, o Universo também conspirou. Porque somente nós dissemos claramente, “vamos titularizar, vamos ser transparentes, vamos arrumar as contas, vamos tomar de novo o protagonismo do estado do Rio de Janeiro”, porque a gente tem 60 anos de experiência; as outras Defensorias têm 10 [anos], 15 [anos]. Então a gente quer passar essa experiência para os colegas, para que isso se multiplique nacionalmente e a gente tenha uma Defensoria Pública forte nacionalmente. Que a Defensoria Pública esteja no inconsciente coletivo, como o juiz está, como o delegado de polícia está. Eu acho que a Defensoria tem que estar no inconsciente coletivo como a porta, a busca por uma solução de um problema e isso venha... “Como é que eu vou fazer?” Isso tem que estar... É imediato, é automático: “Defensoria Pública”. Então, o que a gente quis fazer, o que... A nossa proposta foi essa. Foi uma proposta que deu certo, apesar de alguns acharem em determinado momento que não ia dar certo a titularização....

N.B. – Muitos.

M.L. – ...que não ia dar certo fazer a transparência. As nossas contas estão todas no *site*, as nossas contas estão todas no Sifem, qualquer um do povo pode ver o que está sendo feito, como está sendo gerido o dinheiro, qualquer um pode ver as designações. Então, tudo isso para buscar isso, essa blindagem e trazer esse inconsciente coletivo. Esse era o nosso objetivo. Acho que a gente está mais perto de alcançá-lo, muito mais perto de alcançá-lo do que estávamos há três anos e meio atrás, não só no Rio – acho que no Rio a gente já

conseguiu isso –, mas acho que no Brasil, ter esse inconsciente e essa Defensoria. A ideia surgiu: Defensoria.

T.M. – Bem, Guilherme, acho que a gente só tem a agradecer.

G.M. – Acho que foi fundamental e extremamente valiosa, essa... não digo entrevista, essa...

T.M. – Conversa.

G.M. – ...essa conversa que a gente teve aqui, para esclarecer o papel da Defensoria e também para nos ajudar a pensar melhor a Defensoria, a de fato ter esse inconsciente coletivo que é tão importante e que deve ser...

T.M. – Disseminado, mesmo.

G.M. – Justamente. Só queria de fato agradecer ao doutor Nilson Bruno e à doutora Maria Luiza por todo apoio institucional que vem sendo dado, o contato que a Manuela tem com a doutora Flávia para a marcação de entrevista, fotos, e também pela disponibilidade que foi feita. Acho que é isso. Você tem mais alguma coisa?

T.M. – Não. E que está sendo um prazer...

G.M. – Justamente, um prazer.

N.B. – Que bom!

T.M. – ...pessoalmente, para a gente, estudar a instituição de vocês...

M.L. – Que bom.

N.B. – É uma honra.

T.M. – ...e estar participando do projeto.

G.M. – A irmã da Talita trabalha na Defensoria, não é?

T.M. – Não.

G.M. – Não?

T.M. – A minha irmã sonha em ser defensora pública.

N.B. – Ah, é?

T.M. – E a resposta dela me lembrou uma coisa que o senhor disse, porque ela falou assim: “Eu sei que eu vou ser defensora pública, porque eu não me imagino fazendo outra coisa além de defensoria pública”.

N.B. – É isso aí.

T.M. – É o que ela fala.

N.B. – O espírito é esse. Então ela vai ser, com certeza.

G.M. – É um fim em si mesmo, ser defensor público, “eu quero ser defensor público”.

T.M. – Ela ficou superemocionada com a entrevista hoje. Ela... “Não acredito!”. [risos]

N.B. – Ah, que bom! Manda um beijo para ela. A gente brinca que a gente assumiu a administração e a gente ficou mais pobre. Enquanto, os defensores, a gente está lutando para benefício aqui e ali, e acumulação, aí vem uma graninha a mais aqui, para quem **está no órgão**. Então eu acho que a gente sai também como um exemplo, isso nos enche de orgulho, como aqueles que empobreceram na administração. Porque o que se vê, pelo menos de notícias divulgadas, é que administradores saem mais ricos. É alguma coisa nesse sentido.

Aqui não é nenhuma crítica a nenhum administrador, não, pelo amor de Deus! Mas nós, com certeza absoluta... Eu saio com o mesmo carro que eu entrei, um Meriva 2007; a Malu, com o mesmo carro...

M.L. – **Um Sentra** 2009.

N.B. – O Fábio, a mesma coisa. Eu falo: “Quando é que a gente vai poder trocar de carro?”. Porque a coisa é tão complicada. A gente não tem contato com fornecedor, para vocês terem uma ideia. A coisa é tão surreal que a gente não conversa com o fornecedor, porque tem um setor específico para isso. **Somos chatos**. Vocês já foram à Defensoria?

G.M. – Já. Eu já fui lá.

T.M. – Eu não.

N.B. – No setor de contratos há um aquário... A gente brinca que é um aquário, porque é tudo aberto, todo mundo tem contato com todo mundo, então, não há sequer a possibilidade de algum telefonema, de uma conversa esquisita. Então a gente fez questão disso. E não por desconfiar dos nossos servidores, mas para evitar qualquer tipo de especulação, qualquer ataque externo. Então esse momento, para nós, é maravilhoso. E contar isso tudo é muito bom, é muito especial, e para vocês, que são de grande credibilidade, que têm um trabalho que a gente já viu. E a gente está muito ansioso para o resultado final. Sem pressão. [risos]

T.M. – Pois é. É muita [responsabilidade].

M.L. – Sem pressão.

T.M. – É, sem pressão.

M.L. – Sem pressão com o prazo. Isso é uma questão pequena.

N.B. – Mas a gente tem certeza que vai ser bem legal, trabalhar com vocês. Já está sendo muito bom. O resultado do concurso foi extraordinário. É claro que é um outro setor, um outro segmento, mas a credibilidade de vocês também pesa muito...

G.M. – Agradeço a...

T.M. – Agradecemos.

N.B. – ...para que a gente vincule o nosso nome a uma instituição também com a mesma envergadura. É isso que a gente quer e espera.

T.M. – Que bom.

G.M. – Falando em burocracia, infelizmente...

T.M. – Deixa só explicar, para vocês não acharem... É porque o depoimento que a gente coletou hoje, a gente precisa da assinatura de vocês, para depois disponibilizar.

N.B. – Claro!

T.M. – E aí são duas vias, porque uma depois a gente manda... Eu posso também preencher os dados. Eu só vou pegar mais porque eu não sabia da sua participação, doutora Maria Luiza.

[FINAL DO DEPOIMENTO]